



## SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

### ATA

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

#### 1 - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

**1.1** – Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de junho de 2018;

**1.2** – Leitura do Expediente;

**1.3** – Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.).

#### 2 - PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

**2.1** – Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

**2.2** – Proposta de contratação de empréstimo de médio e longo prazo para o financiamento da compartida nacional de operações de investimento autárquico aprovadas no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020, através da Linha BEI PT 2020 – Autarquias (Execução do Saneamento de Águas Residuais de Ribeirinha, Canas de Senhorim Nascente; Abastecimento de água para consumo humano – Nelas; Área de Acolhimento Empresarial do Concelho de Nelas) – Aprovação;

**2.3** – Proposta de contratação dos empréstimos de longo prazo para o financiamento da compartida nacional de projetos cofinanciados, não elegíveis pela Linha BEI PT 2020 – Autarquias, nos termos do artigo 51.º e da alínea a), do n.º 5, do art.º 52.º, do RFALEI, na sua atual redação (Execução do Saneamento de Águas Residuais de Ribeirinha, Canas de Senhorim Nascente; Abastecimento de água para consumo humano – Nelas; Área de Acolhimento Empresarial do Concelho de Nelas) – Aprovação;

**2.4** – Aditamento ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, celebrado entre o Município de Nelas e a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões – Aprovação;

**2.5** – Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição dos Donativos Financeiros – Conta Solidária – Aprovação;

**2.6** – Autorização prévia da Assembleia Municipal de Nelas, para assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

**2.7** – Lei-Quadro de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Informação prestada pelo Senhor Ministro da Administração Interna, pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais e pela Direção Geral das Autarquias Locais – Conhecimento;

**2.7.1** – Proposta de deliberação – CDS-PP – Transferência de competências para as Autarquias Locais e para as entidades intermunicipais – Aprovação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

**2.8** – Alteração do número de Vereadores a Tempo Inteiro e designação do novo Vice-Presidente da Câmara – Conhecimento.

*O Senhor Presidente da Assembleia, Professor António Manuel Borges dos Santos:*

- Senhor Presidente da Câmara,  
Senhores Vereadores,  
Senhores Deputados Municipais,  
Ex.m.º Público,  
Muito boa noite.

Vamos dar início à sessão ordinária de 28 de setembro e antes de iniciar, pedia a inclusão de um ponto que me foi pedido hoje pela Câmara Municipal e que é o seguinte: “Ao abrigo do disposto no artigo 50.º, n.º 2, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos do qual “*Tratando-se de sessão ordinária do órgão deliberativo, e no caso de urgência reconhecida por dois terços dos seus membros, pode o mesmo deliberar sobre assuntos não incluídos na ordem do dia, solicita-se a V.ª Ex.ª se digne incluir para discussão e deliberação na próxima sessão da Assembleia Municipal o seguinte ponto:*

*- Alteração do número de vereadores a tempo inteiro e designação do novo Vice-Presidente.*

Uma alteração que houve na Câmara e temos que tomar conhecimento desta alteração.

Há um pedido de inclusão de um novo ponto e o ponto é o seguinte: - Alteração do número de vereadores a tempo inteiro e designação do novo Vice-Presidente, para conhecimento. Portanto, este ponto para ser incluído tem que ser votado por mais de  $\frac{2}{3}$  dos Senhores Deputados.

Pergunto: quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. E, portanto, será o ponto 2.8.

Então, passamos agora à chamada dos Senhores Deputados.

(A Senhora Segunda Secretária Alexandra Maria Lopes Monteiro procedeu à chamada dos Senhores Deputados Municipais)

*A Senhora Segunda Secretária:*

- Faltam os Senhores Deputados Susana Alexandra Aires Leandro Almeida Cardoso, Maria José Figueiredo Paiva Sousa Cabral, Luis Manuel Abrantes Pinheiro, Jorge Manuel Tavares Abreu (veio mais tarde) e João Miguel Guerra Cabral Neves.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Estão a falar 5 Senhores Deputados. Portanto, estamos presentes 23.

Continuando a Ordem de Trabalhos, vamos passar à discussão e aprovação da ata de 29 de junho de 2018. Pergunto: alguém se quer pronunciar sobre esta ata? Senhor Deputado Manuel Henriques. Então, Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor.

*O Senhor Deputado Manuel Henriques:*

- Boa noite.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Senhor Presidente,  
Senhores Membros da Mesa,  
Senhor Presidente da Câmara Municipal,  
Senhora, ainda, Vice-Presidente,  
Senhores Vereadores,  
Colegas Deputados,  
Público.

Uma pequena nota, Senhor Presidente, na ata, na página 7, onde se refere “festas joaninhas”, que eu não sei, exatamente, o que é que é isso, eu disse, efetivamente, “festas juninas”.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

Pronto, com esta correção, vou pôr a ata à votação e pergunto: quem vota contra? Quem se abstém? Três abstenções, dos Senhores Deputados Maia Rodrigues, Carlos Almeida e Carlos Moreira. Aprovada com 20 votos a favor. Portanto, as abstenções foram três Senhores Deputados que estiveram ausentes na última reunião.

Então, passamos ao ponto 1.2 – Leitura do Expediente. Como habitualmente vou-me escusar a fazer a leitura, a não ser que haja alguma necessidade de esclarecimento.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- E-mail, datado de 22 de junho de 2018, do Senhor Membro da Assembleia, Carlos Almeida, solicitando a justificação da sua falta à próxima sessão da Assembleia Municipal do dia 29 de junho de 2018, por não ser possível estar presente;

- Ofício n.º 4260, datado de 22/06/2018, da Câmara Municipal de Nelas, solicitando a inclusão de mais dois assuntos na Ordem de Trabalhos na sessão ordinária de 29 de junho de 2018;

- E-mail, datado de 25/06/2018, do Membro da Assembleia, Senhor Carlos Manuel Monteiro Almeida, solicitando a sua substituição temporária, nos termos do artigo 53.º, do Regimento da Assembleia Municipal, em virtude de se encontrar ausente do Concelho de Nelas entre os dias 25 de junho de 2018 e 09 de julho de 2018;

- E-mail, datado de 25/06/2018, do Membro da Assembleia, Senhor Luis Augusto Maia Rodrigues, solicitando a sua substituição temporária, nos termos do artigo 53.º, do Regimento da Assembleia Municipal, em virtude de se encontrar ausente do Concelho de Nelas entre os dias 25 de junho de 2018 e 09 de julho de 2018;

- Carta do Senhor Vereador Aires Manuel Antunes dos Santos – Solicita justificação de falta à sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 29 de junho de 2018;

- Ofício n.º 4834, datado de 04/07/2018, da Câmara Municipal de Nelas, solicitando que o Senhor Membro da Assembleia Rui Manuel Simões Costa apresente documentação, já solicitada em e-mails anteriores;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- Ofício, datado de 26 de abril de 2018, da Assembleia de Freguesia de Canas de Senhorim – Envio de “Moção por uma Estrada [EN 234] Segura”;
- E-mail, datado de 09/07/2018, do Membro da Assembleia, Senhor Dr. Manuel Alexandre Henriques – Pedido de Informação – Assembleia Municipal;
- E-mail, datado de 30 de julho de 2018, da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos – Queixa apresentada por Manuel Alexandre Henriques contra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Nelas;
- Ofício n.º 6947, datado de 30/08/2018, do Senhor Ministro da Administração Interna – Lei-Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais;
- Ofício n.º 6390, datado de 14 de setembro de 2018, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para esta sessão da Assembleia Municipal;

### CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- E-mail, datado de 25/06/2018, enviado à Senhora Mariana Borges Pais, convocando-a para estar presente na sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 29 de junho de 2018, em virtude do Senhor Luis Augusto Maia Rodrigues se encontrar ausente do Concelho de Nelas entre os dias 25 de junho de 2018 e 09 de julho de 2018;
- E-mail, datado de 25/06/2018, enviado ao Senhor Augusto Duarte Oliveira Borges da Silva, convocando-o para estar presente na sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 29 de junho de 2018, em virtude do Senhor Carlos Manuel Monteiro Almeida se encontrar ausente do Concelho de Nelas entre os dias 25 de junho de 2018 e 09 de julho de 2018;
- E-mail, datado de 27/06/2018, enviado ao Senhor Membro da Assembleia, Dr. Manuel Alexandre Henriques, enviando-lhe um ofício, em resposta ao seu pedido de 13/06/2018;
- Ofício n.º 14/2018, datado de 02 de julho de 2018, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 29 de junho de 2018;
- E-mail, datado de 13 de agosto de 2018, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da CADA, referente à queixa apresentada pelo Senhor Membro da Assembleia Manuel Alexandre Henriques contra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Nelas;
- Ofício n.º 15/2018, datado de 18 de setembro de 2018, enviado aos Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária de 28 de setembro de 2018.

#### *O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Ponto 1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município. Pergunto: quem se quer inscrever neste ponto? O Senhor Deputado Manuel Henriques, a Senhor Deputada Maria João Ribeiro. Mais alguém? Mais ninguém? Ora, portanto, 15 minutos no máximo para cada um. São 30 minutos. Entretanto, chegou o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Senhor Deputado Jorge Abreu. Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor de usar da palavra.

*O Senhor Deputado Manuel Henriques:*

- Caríssimos,

Retomando o contacto convosco, no Período Antes da Ordem do Dia, queria dar nota aqui de alguns temas que me parecem de relevo para os interesses municipais.

Em primeiro lugar, gostaria de obter uns esclarecimentos breves do Senhor Presidente da Câmara quando for o momento próprio, em primeiro lugar sobre a destituição, despromoção, o que queira chamar, da Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares, pessoa importante na estrutura da Câmara há longos anos, gostaríamos de saber quais foram as motivações. Se vai haver uma reestruturação, porque é que é que se destitui primeiro e se reestrutura depois. É uma coisa feita, um pouco, ao contrário. Tenho a certeza que o Senhor Presidente nos poderá dar esclarecimentos úteis sobre esta matéria.

Depois, tomei conhecimento, mas poderá, não sei se poderá ser um não assunto, nas Piscinas Municipais foi retirada a bandeira da certificação, se se passa alguma coisa com as Piscinas, se há algum assunto que seja importante dar nota.

Também folgo em saber que ao nível do equipamento móvel do Município, uma belíssima viatura, uma Nissan Cabstar, que estava parada, já está em circulação ao fim de um ano parada. É um fenómeno interessante porque é que esteve parada, mas eu admito que o Município não esteja tão bem de finanças que possa ter estes ativos parados tanto tempo, mas haverá uma explicação razoável com toda a certeza.

Falando de temas grandes do nosso Município, a Festa do Vinho, em primeiro lugar, dar os parabéns a todos que nela participaram, os Produtores, os Funcionários, os Autarcas. Continua a ser uma Feira muito emblemática do Concelho de Nelas. Também aproveitar esta oportunidade para pedir um balanço ao Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente, com que visão ficou de visitantes, de receitas, de promoção. É justo dizer que a Feira nasceu com muita oportunidade, nasceu, digamos, com grande visão, mas hoje sofre uma concorrência muito forte. Só para quem não queira ver o que os Municípios vizinhos estão a fazer e que deve merecer da parte dos Autarcas a maior atenção. Mais aposta na Feira do Vinho. Mais eventos culturais que podemos reproduzir noutras ocasiões e, se calhar, com mais oportunidade. Há aqui questões muito pertinentes. Parece-me é que não podemos fugir ao tema. Mangualde vai ter para a semana um certame destes. Viseu teve um com grande pompa e circunstância, a semana passada e, se calhar, com mais recursos financeiros do que o nosso. Parece-me que, claramente, devemos refletir em conjunto e perceber se estamos, ou não estamos a ser ultrapassados e se deveremos, ou não, alterar alguma coisa. Mas eu acho que quem está com o poder autárquico nas mãos certamente terá alguma coisa com os dados que nós não temos. De todo o modo, o CDS pretende apresentar até ao final do ano uma proposta de um grupo de trabalho sobre a Feira do Vinho, não com intuito de fazer aprovar o que quer que seja mas com o intuito de reunir sugestões de melhoria junto dos Produtores, junto dos Cidadãos, junto dos Autarcas, com o intuito de que este Executivo, ou outro, possa vir a beneficiar, que apresentaremos na próxima Assembleia de dezembro.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Queria também falar da Variante de Nelas. Eu fiquei relativamente preocupado porque na reunião de Câmara, penso que foi de 29 de agosto, tive conhecimento, mas também é um assunto que o Senhor Presidente pode esclarecer melhor, que o Senhor Presidente, de uma forma relativamente enfática, diz que: esta infraestrutura, que tem 7 anos, onde foram gastos 1,5 milhões de euros e está a precisar de uma intervenção que tem que ser drenada e retificada e o orçamento ronda 1,5 milhões de euros, dinheiro que, neste momento o Município de Nelas, manifestamente não tem para reparar a Variante.

Pronto, sabemos que a intervenção é muito dispendiosa, mas também sabemos que este mesmo Município abdicou de 600.000,00 euros por ano de receitas de IMI, voluntariamente, porque estaria numa situação financeira confortável, robusta, como lhe queiram chamar. E, parece-me que nesta altura vir dizer que não temos receitas, obviamente todos ficámos satisfeitos com a redução do IMI, mas a fazer fé nas palavras do Senhor Presidente da Câmara e da maioria que o apoiou e que com grandes parangonas, recordo-me de uma ao pé do antigo Colégio, um cartaz enorme sobre o IMI em frente ao antigo Paredes que aludia a essa situação, parece-me que não pode ser invocado qualquer alteração das circunstâncias num espaço tão curto.

Agora, efetivamente, deve fazer falta, 600.000,00 euros por ano, faz muita falta. Não me parece uma boa gestão, ou parece-me, efetivamente, uma péssima gestão, mas o Senhor Presidente, se o entender, poderá prestar aqui algum esclarecimento sobre esta matéria.

Ainda sobre esta via e também já foi falado até por outros Deputados aqui numa das últimas reuniões, eu queria perceber, efetivamente, se esta via tem 7 anos, quando foi feita a receção definitiva no ano quinto, não se verificaram nenhuma anomalias? Não eram necessárias nenhuma reparações? Não havia nenhuma garantia bancária associada? Pronto, queria saber um pouco mais sobre isto para garantir também que o interesse municipal está devidamente salvaguardado. Tenho a certeza de que sim, mas gostaria de ter mais informação.

Depois, não posso fugir a um tema hoje aqui, era espectável, a saída da Vice-Presidente Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas, digamos, dessa função, que continuará como Vereadora. Posso dizer a título pessoal e comungo, como muitos Municípios, penso que a Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas era uma pessoa que fazia um trabalho muito competente, era uma pessoa diligente e atenciosa para os Municípios, para os empresários, para as pessoas que abordavam o Executivo, é justo dizer. Nessa parte, penso que fazia muito bem o seu papel. Não temos que ser sectário e só achar que os nossos é que fazem um papel bem feito.

Agora, eu tenho algumas dúvidas e a Senhora Vice-Presidente não me vai levar a mal, concerteza, nada do ponto de vista pessoal. Desejo-lhe as maiores felicidades. Tenho a certeza que tem capacidades para fazer funções muito relevantes. Isso é evidente. O que é evidente não precisa de prova, não é?

Agora, efetivamente, o papel que desempenha aqui não é um papel técnico, é um papel político. Não é? Eu recordo-me há um ano atrás, não havia um Município neste Concelho que não soubesse que a Senhora Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas tinha sido eleita para 4 anos. Isso era evidente. Parece-me e não leve a mal, mais uma vez, que é, no fundo, uma grande deslealdade para com o eleitorado, sobretudo para este porque a





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Câmara Municipal não pode servir para, no fundo, nós, quando não precisamos, ou quando surge uma oportunidade para se estar melhor, deitar fora. Temos um compromisso por 4 anos e ele devia ser respeitado.

A meu ver, é uma grande deslealdade com a Vereação, com a Assembleia Municipal e, sobretudo, com os eleitores. Acho que isto não sofre qualquer tipo de contestação.

Devo também dizer que lamento, lamento que, mais uma vez, o Executivo do Dr. Borges da Silva sofra esta amputação a meio do caminho. Já no anterior mandato um Vereador muito competente, o Dr. Alexandre João Simões Borges, de quem tenho o prazer de ser amigo, efetivamente e não partilhando das suas convicções políticas, também acabou por abandonar o barco de uma forma também, na altura, tensa e aqui não sei se foi tensa, mas, pelo menos, foi muito mal explicada.

Por isso, o que eu não posso aceitar, embora, pessoalmente, e repito, tenho a maior consideração pela Senhora Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas, uma pessoa muito competente no que faz, não posso é juntar ao Senhor Presidente e agradecer em nome da Comunidade, esta saída. Não posso. A Comunidade foi defraudada. A Comunidade votou no Partido Socialista. Deu-lhe a maioria na Câmara e na Assembleia. E ser Vice-Presidente da Câmara não é a mesma coisa que ser gestor, ou ser advogado numa empresa privada que vê uma oportunidade melhor e a gente vai embora. Não é assim. Não é assim. Desculpe. Mas não é assim. Não é assim. E quem diz isto tem que, no fundo, submeter-se a reeducação democrática porque, de facto, os mandatos são para se cumprir. O que é que os meus amigos achariam se o Senhor Ministro das Finanças, Mário Centeno, fosse, de repente, convidado pelo Banco BCP, ou pelo Totta e saía alegremente. Era uma oportunidade, ia-se embora. Quer dizer, acharíamos mal, mas aqui ainda é pior porque se estas são as eleições de proximidade, isto é enganar os eleitores. Eu percebo o desconforto do Partido Socialista, mas, Senhora Vice-Presidente, não me leve a mal, mais uma vez dizer, respeito, como tenho que respeitar, é uma postura legal, conforme a lei, como outra qualquer, mas a consequência direta deveria ser a renúncia do mandato. Isto é o meu ver. Se fosse eu era o que eu faria. Iria à minha vida e renunciaria. Mas a Senhora Vice-Presidente fará como bem entender.

Por último, para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, queria só perguntar se, em consequência do que votámos na última Assembleia, se o Voto de Pesar à Dr.<sup>a</sup> Maria Natália Miranda foi enviado à Família. Só queria confirmar se, efetivamente, foi, é que não vi na correspondência.

E depois queria pedir a mediação da Mesa e do Senhor Presidente para a consulta, junto da Câmara, é o trabalho da Assembleia, é desse trabalho que eu falo, dos processos camarários respeitantes ao programa de apoio à reconstrução de habitação permanente resultante dos grandes incêndios de outubro de 2017, o Decreto-Lei n.º 142/2017. Tivemos notícias muito feias de outros Municípios, coisas muito chatas que se passaram. Eu tenho a certeza que aqui nada disto terá acontecido, que teremos sido muito diligentes. Mas, de qualquer forma, gostaria de conhecer, penso que são 17 ou 18 processos de apoios concedidos para recuperação de imóveis de primeira habitação. Eu gostaria de saber em que termos é que eles podem ser consultados para, no fundo, ver, efetivamente, escrutinar essa situação, como é dever e direito desta Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Muito obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhora Deputada Maria João, faça favor.

*A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:*

- Boa noite,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhores Vereadores,

Senhor Vice-Presidente, que, desde já apresento aqui as felicidades no cargo,

Caros Colegas,

E Ex.m.º Público.

Da apresentação do Dr. Manuel Henriques, eu corroboro, de facto, também a questão da Estrada 234. De facto, acho importante saber o que é que, efetivamente, se passa porque é uma via recente.

Outro tema que me traz aqui por iniciativa própria, é também esta questão importante da Dr.ª Sofia Relvas. De facto, é um cargo político. De facto, o eleitorado votou nela. Certamente também não foi despreciando o facto do resultado que o vosso partido obteve.

Corroboro também o facto, que é público, que também é reconhecido o seu valor, a sua iniciativa, o seu dinamismo e, de facto, a sua competência. E ainda, há cerca de um mês, penso que isso também é público, que há cerca de um mês foi aqui valorizada até por outras ilustres pessoas, Membros de Associações, representantes políticos, que fizeram trabalho consigo e que, de facto, teve aqui um louvor.

Portanto, lamento a sua saída e lamento esta perda no Executivo. Também devo dizer que lamento o facto de ser uma das pessoas mais experientes. Ao fim e ao cabo, dentro do Executivo atual, é quem tem mais experiência e, portanto, acho que aí os Municipais perdem e lamento, de facto, essa perda.

E, também tenho que dizer que esta parte também foi em nome pessoal, mas penso que isso é corroborado também por todos. E tenho aqui que dizer também que os motivos apresentados e conhecidos também não me parecem que sejam dignificantes da política e, sobretudo, dos políticos.

Portanto, toda a gente, nós precisamos de pessoas novas na política. Precisamos de sangue novo. E, de facto, a imagem que existe dos políticos é que sobrepõem os valores pessoais, os interesses pessoais aos interesses do público e do eleitorado e do cidadão.

Portanto, os motivos apresentados são seus, efetivamente, também lhe desejo felicidades, como é óbvio, mas, efetivamente, não dignifica a política.

Também acho que é defraudar o eleitorado porque, efetivamente, ele votou, há compromissos com o eleitorado. Gostemos, ou não, melhores oportunidades, ou não, a verdade é que temos um compromisso com o eleitorado de 4 anos. Portanto, eu lamento esta situação. Lamento em nome da política, dos políticos, e esta questão também da proximidade.

Eu espero, entretanto, pelos vistos hoje veio mais comunicação, ou vieram mais assuntos, como já aqui foi falado, que foram enviados por e-mail mas que não





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

consegui ler, não tive tempo para isso e lamento que sejam assim á última hora, já tive oportunidade de dizer aqui uma vez. Pronto, vamos ver, então, o que é que vai ficar, como é que vai ficar, mas espero, sinceramente, que o Executivo continue a ter, ou, pelo menos, que consiga resolver esta situação, que consiga, de facto, não ter a situação de competência que era proferida pela Senhora Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas sem, obviamente, mais recursos, esperemos, ou com os recursos existentes.

O outro assunto tem a ver também com o parque infantil que está encerrado, que não podemos deixar de lamentar que tenha chegado a um ponto tal que uma ASAE tenha que o encerrar. Não percebo porquê. Não sei qual é o motivo. Acho que a equipa da Câmara, e todo o seu Executivo, e todos os seus Funcionários, enfim, e toda a sua organização, não percebo como é que deixa chegar àquele ponto.

E isto porque o parque infantil é um equipamento que é necessário ao conforto e ao bem-estar da sociedade. Nós todos temos presente e tem sido feito um trabalho de angariação de novas empresas, sim, porque isso é que dá, isso traz pessoas, isso traz emprego, é certo, é verdade, mas as pessoas que são trazidas para cá, ou isso, como motivo para fixar as pessoas, de facto, terem emprego, também há mais vida além dos empregos. Também é importante valorizar estes equipamentos porque, efetivamente, as pessoas, para cá estarem, têm que saber fazer e têm que ter conforto.

Folgo, entretanto, em saber que, entretanto, o que está previsto para remodelação também é ficar como parque sénior, aliás, parece que para todo o Concelho. Acho muito bem. Aqui em Nelas, acho que era uma falha. Aí gostaria que nos transmitisse para quando está prevista, de facto, a abertura, a reabertura, pelo menos, deste parque infantil e depois sénior.

Gostaria que, de facto, fosse aqui também apresentada a justificação da destituição e o que está previsto fazer porque, efetivamente, é um tema importante e porque também, quer dizer, a Equipa Executiva, Política, não Política, os cargos importantes começam a ficar, ao que parece, um bocadinho em causa, a menos que haja aqui já medidas que efetivamente recuperem.

Muito obrigada.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhora Deputada. Senhor Deputado Rui Costa. Agora, agradecia que fosse breve uma vez que não se inscreveu no princípio, portanto, já estamos na segunda parte.

*O Senhor Deputado Rui Costa:*

- Boa noite,

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhores Membros da Mesa,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhores Deputados,

Estimado Público.

Pegando nas palavras da Eng.<sup>a</sup> João, quanto aos parques infantis é um tema que já vem de há muito tempo. Sabemos muito bem que o parque junto ao Centro Escolar estava degradado. Foi necessária a intervenção da ASAE, que é muito grave,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

ou seja, não temos fiscalização dos espaços municipais e que abrangem as nossas crianças.

Portanto, devemos ter cuidado com isso e gostava que o Senhor Presidente explicasse o que é que, realmente, aconteceu, se foi um fecho forçado, realmente, por uma entidade, que foi a ASAE e que fizesse aqui, realmente, um plano e um cronograma, realmente, da reabertura desses espaços que, ao fim e ao cabo, as crianças, atualmente, vivem muito na Internet e deveriam viver mais nos espaços públicos. Mas se lhes cortamos isso, elas refugiam-se naquilo que nós criticamos.

Depois, outro ponto seria a água, ou a falta dela, no ano passado. Qual é o plano que temos, municipal, para a falta de abastecimento de água? Sabemos muito bem que houve cortes de água há bem pouco tempo. Realmente, houve alterações governamentais ao Plano da Barragem de Fagilde. O que é que, realmente, estamos a fazer? E o que é que vamos fazer?

Temos oportunidade, nesta época que se avizinha, que à partida haverá menos seca, mas é aí que temos que trabalhar. Não é quando chegamos à parte da seca e à falta de água e que depois temos que utilizar cisternas vindas do Alentejo, vindas de Lisboa, para, realmente, ajudar o nosso Concelho e ajudar os Concelhos limítrofes. Portanto, gostaria também de saber qual é o plano e o que é que a Câmara Municipal está a fazer neste sentido.

Outro ponto seria a Feira do Vinho. Realmente, mais um ano passou. A Festa foi bonita. Gostaria de saber qual foi o feedback dos expositores, se, realmente, gostaram, se não gostaram, se vão continuar, se fizeram críticas positivas, negativas e qual é o futuro desta Feira.

Depois, sobre a Feira, gostaria também de ter uma explicação ao seguinte: depois do Governo legislar, de nós sofrermos na pele os incêndios que tivemos, havia uma lei nacional que proibia o lançamento do fogo-de-artifício, uma coisa bonita, mas que podíamos prescindir em relação à tragédia.

Imaginemos que durante três dias de fogo lançado deste lado daqui e sabemos que do lado este, realmente, tínhamos pouca coisa para arder, mas do lado oeste até temos floresta. Eu gostaria de saber de quem foi a responsabilidade, quem autorizou o lançamento do fogo-de-artifício?

Meus Senhores, temos que ser responsáveis. Gostamos de festas, mas também não podemos ser ingénuos ao ponto de ir contra uma medida governativa, uma lei do Estado, depois de suarmos com os fogos que tivemos no último ano e colocamos em risco toda a população.

Senhor Presidente, gostaria de saber quem foi o responsável pela autorização do lançamento do fogo-de-artifício em três dias consecutivos em época festiva, quando o Governo prolongou e nós sabemos que em termos de condições climatéricas eram propícias que o fogo existisse, quem foi o responsável desta situação.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Deputado. Uma vez que não está mais ninguém inscrito, pergunto ao Senhor Presidente se quer usar da palavra para dar alguns esclarecimentos. Quer? Faça favor de usar da palavra.

*O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva:*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- Os meus cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e à Mesa,  
aos Senhores Vereadores,  
aos Membros da Assembleia Municipal,  
aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,  
e a todos os presentes.

Está em curso neste momento na Câmara Municipal uma reestruturação do sector Administrativo e Financeiro da Câmara que por uma decisão do Presidente da Câmara da Senhora da Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares deixar de ser a responsável Administrativa e Financeira da Câmara. Reestruturação essa no âmbito das competências próprias do Presidente da Câmara.

Cabe ao Presidente da Câmara a gestão dos recursos humanos da Câmara Municipal. E quando essa reestruturação administrativa e financeira estiver concretizada terei todo o gosto em dar mais esclarecimentos. É uma competência própria.

Prestarei contas dela, naturalmente, aos órgãos próprios, que será a Câmara também a Assembleia e ao eleitorado quando ela estiver concretizada.

E, portanto, privar um Presidente da Câmara de gerir os recursos humanos como entende, eu creio que é, com o devido respeito, privá-lo, naturalmente, de prosseguir um conjunto de políticas, de objetivos, para os quais ele próprio foi eleito e sufragado. Isso aconteceu há 11 meses atrás e é bom não esquecer.

Vou ver o que é que se passa com a bandeira. Não sei a que é que o Senhor Dr. Manuel Henriques se queria referir com a questão das bandeiras, nem com a questão da viatura. Vou ver. A Câmara, felizmente, desde que eu sou Presidente de Câmara, deixou de ter tractores para os Trabalhadores andarem em cima deles e passou a ter viaturas de caixa dupla. Vou ver o que é que se passa com a Cabstar que refere e folgo muito a que esteja atento até à matrícula das viaturas e à marca.

Relativamente à Variante de Nelas quero referir que a Variante de Nelas mereceu uma intervenção em 2010 e 2011 com fundos europeus de uma correção do pavimento, de cerca de 450.000,00 euros, à volta disso, de drenagem e pavimentação da parte da Variante Oeste. E da construção da Variante Leste, à volta de um milhão de euros. E, portanto, o estado da obra ao fim de meia dúzia de anos é aquele que todos podemos constatar.

Sucedem que todas as perguntas que o Senhor Dr. coloca, como Jurista e bem, foram colocadas pelo Jurista- Presidente da Câmara também aos Serviços Técnicos e disseram-me que não vale a pena porque aquela estrada foi projetada para passarem lá 600 viaturas e já na altura em que foi construída e repavimentada lá passavam 1.500 viaturas por dia. E, portanto, só íamos todos perder tempo. Eu estou a encetar todos os esforços e fi-lo anteontem numa reunião que tive nas Infraestruturas de Portugal, no sentido de, mais uma vez, insistir pelo apoio governamental para a repavimentação, ou o apoio à repavimentação e requalificação daquela Variante por onde passa grande parte do trânsito que sai da A25 em relação ao IC12.

Dr. Manuel Henriques, se quer propor o aumento do IMI, pode fazê-lo até ao final do ano. Nós temos que confirmar à Repartição de Finanças até ao dia 31 de dezembro se mantemos, ou não, a taxa de IMI a 0,30. Ok? E desafio-o, para ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

consequente com o discurso que está a utilizar, ao CDS propor na Câmara e aqui na Assembleia Municipal, a dizer: É necessário dinheiro para investimentos e, portanto, o CDS propõe uma taxa de 0,35; 0,37; 0,40; Ok?

Não pode é dizer: Está mal. Não há dinheiro para investimentos. Está mal porque a taxa de IMI é mínima. Portanto, vamos lá ser congruentes. Peço-lhe essa honestidade intelectual e eu sei que o Senhor é uma pessoa, intelectualmente honesta. Portanto, não me prenda por ter cão e por não ter cão.

Tem aqui um instrumento, a Assembleia Municipal e eu vou propor uma taxa de IMI, que vai ser a mínima porque tenho esse compromisso para o mandato.

Se o Senhor não tem, tem essa oportunidade até ao fim do ano. Já o Vereador do CDS, na Câmara, me faz a mesma crítica por ter baixado o IMI. Pois têm a oportunidade. Eu desafio-vos a proporem um aumento da taxa do IMI no terreno próprio e que é a Câmara e a Assembleia Municipal.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Senhor Vereador, por favor não use da palavra. Não use da palavra aqui, use-a na Câmara, quando lá estiver na reunião. Senhor Vereador, não pode usar da palavra. Peço-lhe que não interrompa.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Renovo ao Dr. Manuel Henriques, mais uma vez, a consequência das palavras que o Senhor proferiu e que vai proferir durante o mandato. Quer aumentar a receita do IMI, faça favor de propor um aumento da taxa.

Foram concedidos apoios por parte da CCDR, creio que a 17 primeiras habitações, 3 delas de construção integral, uma no Folhadal e duas em Vila Ruiva, que estão a andar as empreitadas. E outras de apoio parcial. A Câmara é interlocutora, em termos documentais, que envia para a CCDR e, portanto, todo este processo foi validado pela CCDR.

Eu creio que, se requerer o acesso ao processo, é evidente que teremos na Câmara, ou através da CCDR, para lhe fornecer a consulta do processo e sempre num espírito de clareza, sendo certo que, toda a documentação a CCDR tentou corrigir. Nestes processos dos incêndios de 15 e 16 de outubro os erros, ou as lacunas, ou as possibilidades de desvios, ou de não conformidades, digamos assim, para não lhe chamar desvios, não conformidades, que havia nos processos de Pedrogão que foi a possibilidade de mudança de residência. Aqui foi exigido o suporte documental, que eu próprio confirmo, como a certidão das Finanças com certificação da residência da pessoa afetada pela primeira habitação, comprovativo dos seis meses anteriores de faturas de água, eletricidade, estou convencido que são 6.

E, portanto, todo o processo documental, com fotografias, com comprovativos é enviado para a CCDR, é validado por eles, e posso-lhe dizer que muitos deles vieram indeferidos e eu próprio intercedi na CCDR para que viessem deferidos. Eu próprio fui lá, insisti com a Senhora Presidente da CCDR porque achava que as pessoas estavam a ser injustiçadas em termos de apoios.

E, portanto, eu também concordo que quantos mais apoios vierem para as pessoas afetadas pelos incêndios melhor, desde que seja de forma licita, como é evidente. E, portanto, a Câmara, com outras Instituições que também ajudaram, muitas, eu acho que teve e acho que veio aqui também à Assembleia Municipal, um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

comportamento quase exemplar em matéria de apoio às pessoas que tiveram danos decorrentes dos incêndios. E quase mais de 600 pessoas receberam ajudas até 5.000,00 euros. Mais de 600 Famílias no Concelho receberam ajudas até 700.000,00 euros. A Viúva da pessoa que infelizmente faleceu recebeu indemnização, com apoio jurídico concedido pela representante da Ordem dos Advogados, gratuito, pro bono, acompanhado também pela Câmara.

E, portanto, houve um conjunto imenso de apoios que foram concedidos e eu vejo com agrado que muitas das situações que nós vimos de dificuldade noutros Municípios, que vimos passar, infelizmente, nalgumas televisões dos incêndios de outubro que, felizmente, que nós tenhamos conhecimento, não existem no Concelho de Nelas, nem em matéria de apoio aos animais, às pessoas, às crianças, às Famílias, não existem no Município de Nelas porque os Serviços Sociais, o apoio social que foi prestado, o acompanhamento, quer da Câmara, quer das Juntas de Freguesia, de todas, não deixaram que nenhuma dessas situações chegasse ao ponto que nós vimos relatadas e que lamentamos que estejam a ocorrer em Municípios atingidos por esse grande flagelo.

Também, diga-se em abono da verdade, que em Nelas, do ponto de vista das habitações, dos animais e das pessoas, não teve o mesmo grau de intensidade que teve nestes Municípios.

Em relação ao Parque Infantil do Areal, sabemos, porque há um empréstimo na capacidade do endividamento aprovado aqui na Assembleia já há uns meses, em março, creio, depois foi para Visto do Tribunal de Contas, o Visto veio em agosto, 50.000,00 euros para requalificação de parques infantis. E, portanto, é uma não conformidade que existe que nós queremos corrigir.

E dou-vos apenas uma coincidência, uma curiosidade, ao Rui Costa e à Maria João, uma coincidência e uma curiosidade. Houve uma reunião de Câmara numa quarta-feira em que se discutiu esta matéria. E eu comuniquei que na segunda-feira seguinte, ou na terça, já não me recordo, ia haver uma reunião com uma empresa de equipamentos de parques infantis. Fomos ver o Parque Infantil do Areal, e de outros, para fazer orçamentos para se gastar os 50.000,00 euros.

Também, curiosamente, nesse dia, quando chegámos lá, estava lá uma equipa da ASAE, dois Inspectores da ASAE. E, portanto, face ao estado de alarme que havia, legítimo porque o Parque, de facto, não estava recomendável, eu logo ali e uma vez que estava na perspetiva de que há dinheiro para fazer esse investimento, eu decidi logo, sem necessidade da intervenção nesse sentido da ASAE, encerrar aquele parque. Fomos logo também ao Parque Infantil do Parque de São Miguel verificar se ele tinha condições de estar em funcionamento, ou não. Portanto, é verdade que encontramos uma Equipa da ASAE no Parque do Areal, esta é a verdade.

É verdade que não foram eles que encerraram o Parque, foi a Câmara por iniciativa própria, mas podia ter sido a ASAE, admito que sim. E, é verdade que já temos um orçamento para o Parque, quer para aquele, quer para o Areal, quer para os 19, 20 parques. Eu, por acaso, até trouxe o orçamento, estão aqui os orçamentos. Até os trouxe porque presumi que ia ser levantada essa questão e, portanto, o calendário que temos de abertura desse Parque é outubro. Temos aqui já os orçamentos, a intervenção é rápida e creio que durante o mês de outubro faremos tudo para que o



parque seja reaberto. Aliás, porque é um bem imprescindível e é um parque de referência de Nelas.

Mas vamos procurar fazer uma intervenção em todos os parques do Concelho infantis e vamos também tentar colocar a questão sénior. E, aqui, apresento desculpas a todos porque é uma não conformidade que existe no Município e não houve oportunidade, até agora, e que vamos, rapidamente, tentar melhorar esse aspeto dos parques infantis e melhorá-los também no aspeto sénior.

O fogo-de-artifício, Rui Costa, foi autorizado por mim. E não havia proibição nenhuma de fogo-de-artifício. Houve, para determinados dias contados, uma proibição total de fogo-de-artifício, que foi para ali para o dia 15 de agosto, 20 de agosto. E, portanto, havia a proibição de fogos e queimadas, etc., desde que não fossem devidamente acompanhados pelos Bombeiros, que não era o caso, desde que não fossem, devidamente licenciados.

Se reparaste, estivestes lá, estavam lá os Bombeiros e, não havia proibição total de lançamento de foguetes e fogo-de-artifício naqueles dias. E, estavam comunicados à GNR, estavam licenciados, estavam comunicados aos Bombeiros. E, fui eu que autorizei o lançamento do fogo-de-artifício.

Em matéria de água o plano relativamente à água, uma das matérias essenciais relativamente á água, vem hoje aqui à Assembleia Municipal, que é a construção do reservatório de água de 4.000 m<sup>3</sup> em Nelas. Se nos falhar a água de Fagilde o nosso sistema de abastecimento de água é pouco mais do que aquele que o Eurico Amaral nos deixou nos anos 40. É verdade. É o depósito da água lá em cima. Foi construído um depósito à entrada da Quinta da Cerca de 700 m<sup>3</sup>, mas metade do depósito está neutralizado porque não acrescenta autonomia nenhuma ao sistema. E custou 90.000,00 euros, que foram apoiados no QREN ainda, feito no tempo da Senhora Dr.<sup>a</sup> Isaura.

Portanto, temos afeto ao sector das águas 8 ou 9 pessoas. Não temos o sistema de telegestão. Não temos um depósito de água que nos garanta uma autonomia para 36, 40, 48 horas, dois dias de água.

Rebenta uma conduta de água na Serra de Cabaços, a água vem de Fagilde é bombada para a Estação Elevatória de Tabosa. Em Tabosa é dividida para Mangualde e para Nelas. Vem pela Serra de Cabaços. A conduta é de fibrocimento, rebenta. Temos um elevado em Nelas de 300 m<sup>3</sup> de água mas, 200 m<sup>3</sup> ou 300 m<sup>3</sup> de água, passado duas horas já não há água para a população.

E, portanto, primeiro aspeto, o que vamos fazer e nesta matéria das compensações de Girabolhos o Senhor Ministro do Ambiente garantiu a abertura de um Aviso de FEDER de 1,5 milhões de euros para Nelas e para os outros três Municípios, para cada um deles, e nós destinámos esse montante, preferencialmente para construir um depósito de 4.000 m<sup>3</sup> de água, que é, ele próprio, sozinho, um dia inteiro de consumo de água no Concelho. Se adicionarmos depois os outros depósitos, o elevado, o de Algerás e os próprios de cada uma das Freguesias, dá mais 3.000 m<sup>3</sup>, ou 4.000 m<sup>3</sup>, dá para mais dois dias de água.

Dá-nos para reagir. Dá para os trabalhadores não irem a correr às 3 horas da manhã para a Serra de Cabaços, como vão, quase todos os meses, de máquinas,





lanternas e etc., consertar condutas. É assim agora e era no tempo da Senhora Dr.<sup>a</sup> Isaura igualzinho.

Eu espero no prazo de um ano acabar com isto. E acabar com a placa, lá em cima, no elevador, a ver o nível da água com uma placa de madeira. Ver se se faz um sistema de telegestão, com um computador para ver quando é que os depósitos estão cheios.

Portanto, plano de água, fazer um depósito de 4.000 m<sup>3</sup>. O terreno já foi comprado. Os pinheiros já foram deitados abaixo. O projeto já está feito. O dinheiro já está conseguido. O que vem hoje aqui á Assembleia Municipal é o financiamento da componente nacional. Depois, já vamos discutir essa matéria.

Outro plano é concluir a ETAR de Nelas III e aproveitar a água da ETAR, que são 1.500 m<sup>3</sup> a 2.000 m<sup>3</sup> para as indústrias. Eu estive na LusoFinsa há oito dias e a ETAR de Nelas III já está ligada à Zona Industrial do Chão do Pisco, já permite o aproveitamento na Zona Industrial/Borgstena. E custará, à volta de 100.000,00 euros fazer uma conduta destinada à LusoFinsa para pôr água na LusoFinsa da ETAR de Nelas III que permite o aproveitamento para a LusoFinsa, que consome 600 m<sup>3</sup> a 800 m<sup>3</sup> de água. Ou seja, passamos de 3.000 m<sup>3</sup> a 4.000 m<sup>3</sup> se destinarmos a água das ETAR,s para consumo industrial.

Outro plano, estava em constituição, Senhor Presidente, peço mais uma tolerância de 3 minutos, mas é importante esta questão da água porque foi discutido também na Câmara e tem a ver com a empresa intermunicipal Águas de Viseu. Está bem? Permite? Se me permitir?

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Está a contabilizar bem. Ainda está dentro do tempo. Sim, foi mesmo no limite, estava quase a acabar. Pode continuar.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- E, como sabem, nosso sistema de abastecimento de água quase colapsou. E o que eu estou a dizer, ó Rui, eu senti-o nas férias, eu tirei uma semana de férias, estava no Algarve e ao fim de três dias estavam-me a dizer que iam cortar a água à população e estavam 40 graus.

Porquê? Porque houve uma falha qualquer em Tabosa, ao fim de duas horas já não havia água e diziam-me que iam cortar a água, com 40 graus de temperatura. Acabaram-me as férias. Não vale a pena ser Presidente de Câmara quando se tem uma autonomia de água para 20 horas, para 30 horas. Ok? Mas isto é básico. Mas estamos em 2018 e só agora temos condições de construir um depósito de água de 4.000 m<sup>3</sup>.

E, portanto, quase colapsou o sistema todo, Nelas, Viseu, Mangualde e Penalva do Castelo. Esteve a uma semana de faltar a água para toda a gente. O que nos salvou foi começar a chover, senão faltava a água para todos.

A Barragem de Fagilde não corresponde às necessidades das 150.000 pessoas que dependem dela, 70% de Viseu, 100% de Nelas, 80% de Mangualde e para aí 10% de Penalva, ou 15%. E, portanto, encetou-se um procedimento no sentido de arranjar uma redundância para a Barragem de Fagilde.

A Barragem tem um tempo de vida útil de mais seis anos e era necessário aumentar a capacidade de água na Região. Viseu liderou o processo com vista à constituição de uma empresa intermunicipal de águas. E, ontem, Nelas, Mangualde e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Penalva do Castelo comunicaram que não estavam interessados em aderir à empresa intermunicipal Águas de Viseu porque isso implicava o aumento de água imediatamente de 60%. Não estavam previstos investimentos ao nível do reforço do abastecimento, também imediatamente. Não eram garantidos o preço de água e o abastecimento de água às empresas industriais. E havia os tais investimentos a curto prazo.

Portanto, essa empresa que estava prevista foi dada sem efeito e, estamos já em contactos, os quatro Municípios do Complexo de Fagilde, Nelas, Viseu, Penalva do Castelo e Mangualde, no sentido deste Aviso que está aberto para esta agregação de Municípios, que basta três Municípios e 50.000 habitantes, para fazer investimentos no setor da água.

Quais são os investimentos que são imperiosos e necessários aqui na Região? Construção de uma nova Barragem de Fagilde. A que lá está tem um tempo de vida útil de meia dúzia de anos. Já foi galgada duas vezes. Aumentar a capacidade da ETA, tratamento de água. Fazer uma conduta ligada a outra Barragem, seja Balsemão, a Barragem de Balsemão, no alto de Tarouca, seja no Teja, em Trancoso.

Temos identificado também a possibilidade de fazer uma captação nas Fontanheiras, onde foi feito um estudo hidrogeológico que diz que nas Fontanheiras há água suficiente para abastecer o Concelho de Nelas, 3.000 m<sup>3</sup> a 4.000 m<sup>3</sup>. E também aproveitar o Ministério do Ambiente que está virado para aí, em fazer um aproveitamento da água das ETAR,s. Na ETAR do Viso são lançados para o curso de água, todos os dias, 14.000 m<sup>3</sup> de água tratada, numa ETAR de membranas, que aquilo basta fazer um processo de ionização e fica quase pronta para beber a água. E nós andamos a acartar água para as indústrias em dezembro e em novembro. Gastámos 80.000,00 euros de camiões de água para a LusoFinsa e para a Borgstena, dividido pelas duas.

Portanto, é uma matéria estrutural com que eu estou, francamente, preocupado. Portanto, primeira coisa que vamos ter que construir: um grande reservatório de água com a mais recente tecnologia de controlo do abastecimento de água para estarmos pelo menos dois dias descansados.

Uma comparação simples: é como ter um depósito de água de 1.000 litros, ou de 2.000 litros em casa, ou não ter depósito nenhum. Se falha o abastecimento público não temos água. Se lá temos um depósito temos autonomia para ter água durante dois, ou três dias. E, portanto, é uma questão fundamental que estamos a curar e eu queria deixar essa tranquilidade aos Senhores Membros da Assembleia Municipal.

Relativamente à Feira do Vinho, registo a vossa opinião e preocupação e procurarei fazer o melhor que sei e posso com a equipa que tenho.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Presidente. Passamos ao Período da Ordem do Dia.  
Ponto 2.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara. Foi enviada a todos por escrito.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V. Ex.ªs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal em 29 de Junho de 2018 até à data de 25 de Setembro de 2018, bem como a sua situação financeira.

A) Informação sobre projetos, obras e ambiente:

Nomeadamente:

- Pinturas e reparações diversas nos Jardins-de-Infância e Escolas do 1.º Ciclo do Concelho (merecendo destaque pela sua dimensão os Jardins de Infância da Agueira, Canas de Senhorim e Escolas do 1.º Ciclo de Vale de Madeiros, Feira e Fojo, em Canas de Senhorim e Centro Escolar de Nelas);
- Equipa SOS Buracos: múltiplos arranjos de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias;
- Limpeza dos recintos das escolas do Concelho;
- Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;
- Manutenção e abertura de diversos caminhos florestais e agrícolas;
- Consolidação de diversos imóveis para proteção de pessoas e bens em diversas freguesias;
- Levantamento dos imóveis devolutos e degradados em todas as freguesias;
- Continuação da execução do cadastro informático das Redes de Água e Saneamento em todas as freguesias;
- Continuação da construção de muros e passeios na Estrada Santar/Carvalho Redondo;
- Continuação das obras da Etar III de Nelas;
- Continuação do Sistema Intercetor, com pavimentação da Estrada Nacional 231 entre a saída de Nelas e a Póvoa da Roçada;
- Prolongamento de remais de água e saneamento;
- Continuação das empreitadas para construção das ETAR'S de Santar I, Santar II, Moreira, Lapa do Lobo, Agueira/Carvalho Redondo, Vilar Seco;
- Continuação das obras de alargamento na Rua do Farol, em Canas de Senhorim;
- Reparação e colocação de diversa sinalização vertical no concelho;
- Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais;
- Limpeza da faixa de gestão de combustível da rede secundária nas zonas industriais da Ribeirinha, Chão do Pisco e Z. I. I de Nelas;
- Limpeza da faixa de gestão de combustível da rede secundária nas zonas urbanas em todas as Freguesias bem como na rede viária municipal;
- Requalificação da Biblioteca da Escola Básica Dr. Fortunato de Almeida;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- Aquisição de habitações para requalificação/integração no espaço público;
  - Requalificação da Av. António Joaquim Henriques, em Nelas, no âmbito da PARU;
  - Demolição de imóveis degradados e requalificação da Rua Guilherme Faure e Rua das Morgadas, em Nelas;
  - Demolição e limpeza de imóveis degradados em Vila Ruiva;
  - Execução de passeios na Rua do Paço, em Canas de Senhorim;
  - Construção de pontão sobre a Ribeira de Marialva, em Aguieira;
  - Preparação do processo de inspeção da ponte sobre o Rio Mondego a realizar no dia 20 de outubro de 2018;
  - Requalificação da Escola do 1º CEB de Carvalhal Redondo;
  - Requalificação da Escola do 1º CEB de Santar;
  - Requalificação da Escola do 1º CEB de Vilar Seco;
  - Aquisição de terrenos para ampliação das Zonas Industriais e para instalação de infraestruturas;
  - Diversas obras de manutenção no parque desportivo municipal;
  - Pintura do cemitério de Senhorim;
  - Conclusão das obras referentes às compensações da Endesa pela não construção da Barragem de Girabolhos, designadamente:
    - Requalificação da Estrada Nacional 231 - Caldas da Felgueira
    - Requalificação da Rua dos Barreiros – Vila Ruiva
    - Requalificação da Estrada Municipal 1475 Vila Ruiva – São João do Monte
    - Requalificação da Estrada Municipal 1475 São João do Monte – Póvoa dos Luzianes
    - Requalificação da Rua da Soma - Santar
    - Requalificação da Variante da Aguieira
    - Requalificação da Rua do Castelão – Lapa do Lobo
    - Estrada Municipal ligação Moreira – Nelas (1.ª fase)
  - Ampliação da rede de iluminação pública na Raposeira, em Canas de Senhorim;
  - Limpeza e terraplanagem de terrenos nas Zonas Industriais para cedência de lotes;
  - Cedência de lotes para ampliação e instalação de novas empresas;
  - Obras de requalificação do Polivalente de Vila Ruiva;
  - Melhoramentos das condições de circulação na Rua do Farol, na Rua das Poças, em Canas de Senhorim, e na Rua Chão Monteiro, em Vale de Madeiros.
  - Pavimentação de acesso ao Ecoponto, em Nelas;
  - Pavimentação de acesso à empresa Qbeiras, em Nelas;
  - Apoio logístico a todo o movimento associativo com cedência e montagem de palcos, bancas, iluminações, grades, etc., durante todos os eventos de verão.
- B) Informação sobre educação, cultura e desporto:  
Nomeadamente:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- Realização do Projeto “Férias em Ação”, com início à data do término do ano letivo 2017/2018 até ao final de agosto do corrente ano, direcionado aos alunos do 1º CEB do Concelho;
- Realização do Projeto “Férias de Palmo e Meio”, no mês de agosto, direcionado aos alunos do ensino pré-escolar do Concelho;
- Exposição Documental e bibliográfica “A 1ª Guerra Mundial, 1914-1918, soldados do Concelho de Nelas na Frente Ocidental” patente na Biblioteca Municipal, nos meses de agosto e setembro.
- Colaboração com a Universidade Sénior de Nelas, no Projeto Equipas de Verão, com o empréstimo de livros, utilizados pelos jovens em sessões de leitura nos Lares e Centros de Dia e Jardins de Infância
- Sessão para as famílias do Projeto “A Oficina do OSCAR”, na Biblioteca Municipal, no dia 01/09, no âmbito da programação infantil da Feira do Vinho 2018.
- Funcionamento das Piscinas Municipais Descobertas, na valência de utilização livre para a população em geral;
- Organização e operacionalização da 27ª Edição da Feira do Vinho do Dão, entre 30 agosto e 2 de setembro, incluindo as diversas atividades constantes do programa divulgado;
- Encontro de Futebol de Veteranos “Feira do Vinho – Nelas 2018”, com a participação de 24 equipas, entre elas algumas estrangeiras;
- Colaboração e apoio nas atividades organizadas pelo Movimento Associativo do Concelho, nomeadamente nas festividades religiosas e populares das freguesias do Concelho;
- Festival “Sons do Jazz” entre os dias 09 de 15 de julho, nas localidades de Santar Nelas, Vilar Seco, Canas de Senhorim e Caldas da Felgueira.
- Encontro Artístico “LAPA DO LOBO – ALDEIA CULTURAL”, que decorreu entre 20 e 22 de julho, na aldeia da Lapa do Lobo, com animações de rua, canto, cinema, concertos, dança, exposições, etc.;
- Festival de Artes Performativas “HABITUA TE”, realizado entre os dias 27 e 29 de julho, em Carvalhal Redondo, com animações de rua diversas, apresentações de Teatro e animação musical, incluindo apresentação de grupos do Festival Internacional de Folclore – Europeade Viseu Folk;
- Animação de Verão nas Caldas da Felgueira, nomeadamente:
  - 15 de julho – Torneio de Futsal
  - 22 de julho – Atuação do grupo musical “ALMA”
  - 28 de julho – Atuação do Núcleo Juvenil de Animação Cultural de Oliveirinha
  - 5 de agosto – Atuação Musical de Rafael Cruz
  - 19 de agosto – Atuação Musical de Carla Nunes
  - 15 e 22 de setembro - ARTE URBANA
- Conclusão das escavações arqueológicas na Orca da Lapa do Lobo;
- Sinalética para colocação nos monumentos megalíticos (em execução);
- Diversas actividades culturais nas Freguesias da Lapa do Lobo e Vilar Seco.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- No âmbito do PROVER das Termas e Projeto VIVA TERMAS CENTRO, decorreu a 15 e 18 de agosto um programa de portas abertas com vista à animação e divulgação dos serviços existentes no Balneário Termal das Caldas da Felgueira;
  - “Conferência CROMÁTICO OU DIATÓNICO – O Acordeão em Portugal, as suas características, práticas e repertórios”, realizada no Hotel da Urgeiriça a 18 de agosto pelas 16h30;
  - Realização no Estádio Municipal de Nelas, no dia 4 de setembro pelas 17h00, do jogo de preparação da Seleção Nacional Feminina de Sub-17 contra a sua congénere Escocesa;
  - Receção ao Sr. Ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, a 5 de setembro, para a sessão de encerramento das obras realizadas no âmbito do Acordo Quadro entre a Endesa e os Municípios da zona de influência do Aproveitamento Hidroelétrico de Girabolhos, seguida de visita pelos Concelhos de Nelas, Mangualde, Gouveia e Seia às obras efetuadas;
  - Inauguração da Loja de Cidadão pelo Ex.mo Senhor Primeiro Ministro António Costa, pelas 12h30 do dia 7 de setembro, com a presença da Sr.ª Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques, e da Sr.ª Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa, Graça Fonseca;
  - Inauguração da Unidade de Saúde Familiar Coração da Beira em Canas de Senhorim, no dia 14 de setembro pelas 15h00.
- C) Informação sobre desenvolvimento social, emprego e saúde:
- Nomeadamente:
- Instrução de 46 processos de incentivo à natalidade no decurso do corrente ano de 2018, sendo que a instrução de 15 desses processos ocorreu no período de junho de 2018 à presente data;
    - Integração de 49 colaboradores no quadro da Autarquia, na sequência da abertura de procedimento concursal comum para 49 postos de trabalho por contrato de trabalho por tempo indeterminado, no âmbito do PREVPAP - Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários da Administração Pública.
    - Abertura de procedimento concursal comum para constituição de vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado para 10 postos de trabalho na carreira geral de assistente técnico;
    - Realização do 5.º Encontro das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Nelas, onde estiveram presentes as 9 instituições do Concelho de Nelas que possuem resposta social para a população idosa;
    - Participação das entidades com fins lucrativos: a Casa de repouso – A Família; a residência São Domingos D'Algeraz; e a Residência Sénior - Chão do Grou, perfazendo um total de 240 idosos;





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- Assinatura de contratos de concessão de Apoios, no âmbito do Regulamento de Incentivo ao Comércio Tradicional, com duas entidades;
- Aprovação do Edital de abertura de candidaturas ao Apoio de Investimento e Criação do Próprio Emprego no Município de Nelas, de 14 de setembro de 2018 a 28 de dezembro de 2018;
- Foram realizadas reuniões de caráter informativo, no âmbito do apoio técnico à criação e consolidação de projetos e ideias de negócio, nomeadamente informação sobre apoios à criação do próprio emprego e esclarecimento de dúvidas aos potenciais promotores.<sup>11</sup>
- Participação com stand na Feira de S. Mateus, com a divulgação das atividades, projetos e iniciativas que o Município de Nelas tem desenvolvido, reveladores de uma atitude dinâmica e empreendedora, assim como a promoção do evento da 27ª Feira do Vinho do Dão;
- Acolhimento, dinamização e divulgação do Programa de Aceleração Gastronómica - TASTE UP, promovido pelos Territórios Criativos; Turismo de Portugal e a APTECE, de expressão a nível nacional, cuja primeira oficina de seleção do programa foi desenvolvida em Nelas, com o apoio do município, no dia 1 de setembro, integrando o programa da 27ª Feira do Vinho do Dão. Na oficina de seleção, que contou com a participação de seis projetos, foi votado o projeto vencedor que irá concorrer a nível nacional.
- Foram rececionadas 17 ofertas de emprego, por entidade empregadoras do concelho de Nelas, para as quais foram encaminhados 112 candidatos a emprego;
- Recorreram aos serviços do GIP com objetivo de inscrição para emprego, inscrição em formação profissional, obtenção de informações no âmbito de medidas de integração no mercado de trabalho (estágios profissionais, contratos de emprego inserção), informação sobre ofertas de emprego, 367 candidatos.
- Ao nível da formação profissional, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional de Viseu, foram realizadas, em Nelas, 4 ações de formação nas áreas de Gestão do Stress Profissional, de 25 horas; Técnico de Apoio à Família e Comunidade, de 300h com estágio integrado; Liderança e Motivação de Equipas, de 25 horas e Inglês, de 125 horas, contando com a participação de 100 formandos.
- Realização de sessões individuais e coletivas de acompanhamento na procura de emprego com 10 candidatos desempregados de muito longa duração;
- Realização de 12 atendimentos a utentes ex-emigrantes cujos temas incidiram sobre a obtenção de reformas estrangeira, abono de família, IRS e nacionalidade.

D) Informação sobre finanças e património municipal:

- Dados relativos ao último mês encerrado, ou seja, 31 de agosto de 2018:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- a) A dívida de médio e longo prazo foi de 10.928.709,38 €;
- b) A dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores, foi de 1.825.049,05 €.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Não sei se querem algum esclarecimento? Se ninguém quer nenhum esclarecimento e o Senhor Presidente também não tem necessidade de esclarecer nada, passamos ao ponto 2.2 e eu peço-vos para, na primeira linha, onde diz: Proposta de contratação de empréstimos, deve ler-se de: “empréstimo”, tem um “s” a mais. No ponto 2.2 – é: contratação de empréstimo. E, já agora, no ponto 2.3 – que está: “contratação do empréstimo”, é “dos empréstimos”. Trocaram-se as coisas. O primeiro é: “de empréstimo”, é um. E, depois, o outro é que são dois. Está bem?

Então, vamos passar ao ponto 2.2 - Proposta de contratação de empréstimo de médio e longo prazo para o financiamento da compartida nacional de operações de investimento autárquico aprovadas no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020, através da Linha BEI PT 2020 – Autarquias (Execução do Saneamento de Águas Residuais de Ribeirinha, Canas de Senhorim Nascente; Abastecimento de água para consumo humano – Nelas; Área de Acolhimento Empresarial do Concelho de Nelas) – Aprovação.

O Senhor Presidente quer usar da palavra? Muito obrigado. Faça favor.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Se me permite. Não posso deixar de reafirmar o quadro mental e o quadro de gestão que tenho para este mandato e que tenho em compromisso para este mandato. Eu sabia bem que era uma operação, fruto dos quase vinte milhões de euros que havia aprovados no PT2020, praticamente, impossível. Não tendo a qualidade do Serviço que a Câmara Municipal já presta à população nos diversos setores, a Câmara tem uma presença muito forte em termos sociais, nas Escolas, no apoio à industrialização do Concelho, na proximidade com as Juntas de Freguesia, no apoio ao Movimento Associativo (a todo o Movimento Associativo, três Bandas, Ranchos Folclóricos) na presença da promoção territorial, a Feira do Vinho, outros eventos.

O Município de Nelas, felizmente, pautou-se, nos últimos anos, por uma aposta de qualidade no bem-estar da sua população e uma presença forte da atividade municipal na Universidade Sénior, no apoio social, tudo isso, em complemento das IPSS,s.

E, sabia bem que isso implica despesa corrente e não podia, ou dificilmente se pode mexer na despesa corrente sem prejudicar a qualidade do serviço que se pode prestar á população, e, sem prejudicar a atratividade do território tão importante que é em termos concorrenciais com outros Municípios aqui da Região (como muito bem enfatizaram os Senhores Membros da Assembleia ao dizer que estamos a ser assediados em matéria de Feira do Vinho com provas na Dão Lafões e Mangualde ou com as Festas dos Jardins e das Vindimas, em Viseu). Fazer é fazer melhor, fazer bem. Mas, fazer melhor e fazer bem, ser atrativos é gastar dinheiro e ter despesas correntes.

Sabia bem que no primeiro compromisso que tenho assumido e que está, presumo, em casa de cada um dos Municípios do Concelho, o que está lá assumido, não está lá nenhum compromisso de não contratar empréstimos para fazer investimento no



Município, não está lá nada disso, escrito, não está lá escrito isso. Está lá: manter as finanças equilibradas, com o IMI na taxa mínima e derrama e IRS e outras taxas a preços ajustados às necessidades de financiamento municipal. Depois, tem uma rubrica: amortizar, ou liquidar os empréstimos, aproveitando as melhores condições de mercado em termos de juros.

Portanto, Meus Caros, é este balanceamento que tem que ser feito entre a qualidade da prestação do serviço ao Município, ser um Concelho atrativo em termos fiscais, como é com uma taxa mínima do IMI. A taxa mínima do IMI não é só por ser a taxa mínima, é que desonera o orçamento das famílias, que foi sobrecarregado, durante anos e anos, com taxas máximas e é do ponto de vista da atratividade no investimento no imobiliário, que é o mais propulsor de riqueza, tornando-nos num Concelho atrativo em matéria, depois, gerador de arrendamento, gerador, eventualmente, de construção. Eu estou à espera que isso dispare. É o meu desejo. O emprego também é gerador dessa oportunidade.

E, portanto, o que temos aqui é, que é o que temos também nas nossas empresas e nas nossas famílias, temos: com um apoio de fundos comunitários a possibilidade de fazer um investimento de 5,8 milhões de euros. Eu disse bem, 5.854.160,00 euros. Não é a enfeitar rotundas, nem, sequer, a fazer passeios, nem, sequer a fazer infraestruturas desportivas, que podiam também muito bem ser necessárias. É a executar o Saneamento de Águas Residuais, uma ETAR na Zona da Ribeirinha, em Canas de Senhorim Nascente, que custa 445.000,00 euros, para tirar os esgotos das caves da Zona da Meia de Leite, em Canas de Senhorim. É mesmo verdade. As caves dos prédios em Canas de Senhorim, na Meia de Leite, têm um metro de esgotos no inverno. E, portanto, temos mesmo que construir uma ETAR na Zona da Ribeirinha para, por razões de salubridade pública, dar qualidade de vida às pessoas que vivem em Canas de Senhorim Nascente, em toda aquela zona. Temos que construir, Rui Costa, um reservatório de abastecimento de água, com telegestão que custa 1.352.000,00 euros. Temos mesmo que o construir. E temos mesmo que construir e aproveitar a oportunidade que a CCDR nos deu através da aprovação da maior operação de apoio a uma Área de Acolhimento Empresarial, que são quatro milhões de euros, cujo termo de aceitação está assinado, que é a Área de Acolhimento Empresarial de Nelas com a construção de 33 novos lotes para indústria, com arruamentos, novos arruamentos, novos acessos, novas acessibilidades.

E, portanto, para isto, a comparticipação da Câmara são 2.335.000,00 euros, sendo que nesta questão do abastecimento de água para consumo humano foi feito, para informação da Assembleia também, como existe na ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor um pro rata de 75%, trocado por miúdos é: para a obra avançar imediatamente o POSEUR disse - porque estas obras precisam de um estudo de viabilidade económico financeira, ou seja, o que é que o Município ganha, que receita é que tem e essa receita tem que ser descontada depois no custo da obra em termos de sustentabilidade económico financeira, e o POSEUR, para fazer andar a obra rapidamente sem analisar melhor o estudo de viabilidade económico financeira, disse- eu dou-te já o apoio de 85% de 75% do valor da obra, mas tu podes-me provar depois que o que tu precisas é mesmo de 85% dos 100% do valor da obra. Isto pode acontecer na ETAR de Nelas III e aqui no Sistema de Abastecimento de Água. Portanto, nós



temos que provar depois que não temos nenhum rendimento resultante da construção do reservatório da água. E, estes valores, em termos de endividamento, podem baixar. E, para fazer um investimento de 5,8 milhões de euros temos, como contrapartida nacional, 2,3 milhões de euros. E, portanto, é este esforço que eu também pedia.

Há outro elemento que eu também queria evidenciar: não é líquido ainda, o projeto está a ser concluído na Área de Acolhimento Empresarial dos quatro milhões de euros. Isto porque, os quatro milhões de euros de investimento apenas têm o apoio do FEDER, ou seja, um apoio a fundo perdido de 2,3 milhões de euros, 2,3 milhões de euros se considerarmos os 85% do valor da obra que temos que fazer obrigatoriamente. Dá um valor de obra obrigatório de 2,7 milhões de euros. E, portanto, não é pacífico ainda para nós e para a CCDR que tenhamos que fazer um investimento de quatro milhões de euros.

Mas estes valores e este empréstimo BEI, que tem nas condições que estão aí descritas, aqui na proposta, um spread de 0,1277, que é, praticamente, um spread residual, são, evidentemente, receitas consignadas à realização da obra. E, portanto, se a obra não for feita não podemos usar o dinheiro para outro efeito qualquer. E, portanto, decidimos propor mais porque estamos também, não estava previsto, por exemplo, o arruamento em frente à Mota Engil e já comprámos os terrenos todos virados para Senhorim, em frente à Mota Engil, portanto, por trás da fábrica do estanho, da antiga A. Couto, todos estes terrenos virados para o lado de Senhorim até à Grosnelas já são da Câmara Municipal. Aliás, recentemente, foi à Câmara, ontem, a aprovação de mais 2,6 hectares que comprámos a um bom preço, que tenho que agradecer aos Municípios e acho que o mérito é dos Municípios que têm permitido à Câmara comprar terrenos para indústria a um preço médio de 1,5 euros o metro quadrado. O preço médio que a Câmara já comprou mais de 60 hectares de terreno a 1,5 euros o metro quadrado nos últimos 5 anos.

E pode ser necessário fazer uma reprogramação do investimento e fazer mais um arruamento. Portanto, pode ser mesmo necessário fazer os 4 milhões de euros de investimento.

Reafirmo o compromisso, como Presidente da Câmara, e que nos vamos ver aqui, com certeza absoluta, é esse o meu compromisso nos próximos 3 anos, é que todos estes investimentos com um nível de tributação que decidimos aprovar, que fui eu que propus, a Câmara aprovou e a Assembleia Municipal também, é chegar ao nível de endividamento com a realização destes investimentos todos concretizados, mesmo que sejam empréstimos excecionados do endividamento, porque estes são empréstimos excecionados.

A própria Lei do Orçamento do Estado diz: empréstimos da componente nacional para acompanhar o PT2020 são excecionados. Eu sei que são para pagar. Eu sei que os vou pagar. Não são excecionados para não pagar. Eu sei, assim: são excecionados no limite do endividamento. Mas temos que os pagar. Nos próximos 20 anos têm que ser pagos. Mas eu acho que é preferível pagar estes para fazer investimentos, estes investimentos, do que pagar, como estamos a pagar ainda nove milhões de euros para pagar despesas a fornecedores, porque estamos, atualmente, a pagar nove milhões de euros de despesas a fornecedores, que foi a reestruturação que fizemos em 2012. Esta é a verdade.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Portanto, estes empréstimos são para verdadeiros investimentos que estão aqui escritos. E o meu compromisso é: em 2021 haver um nível de endividamento, contando, ou não, para o limite de endividamento, a rondar os 14 milhões de euros, 15 milhões de euros, com estes investimentos todos concretizados, portanto, dentro dos limites do endividamento do Município.

E espero ter, nessa altura, espero mesmo ter o problema das ETAR,s tratado, o problema da água tratado, a reabilitação urbana o máximo tratada, a área de acolhimento empresarial tratada.

Vão colocar outros desafios, Dr. Manuel Henriques. Vai abrir um Aviso de seis milhões de euros para infraestruturas escolares e de saúde em janeiro. E, portanto, é uma questão, isso sim, merecia discussão e eu alinhava nessa discussão, mais do que a CABSTAR estar parada nas Oficinas, era o Centro Escolar para Canas de Senhorim. Até ficava bem discuti-lo aqui na Assembleia Municipal, por exemplo, isso, aí, é que eu gostava de discutir com uma pessoa de Canas de Senhorim, se quer as Escolas Primárias que lá estão, a da Feira, a do Fojo, a de Vale de Madeiros, a de Agueira, a da Lapa do Lobo, ou se quer um Centro Escolar. Isso, aí, é que dava pica discutir aqui na Assembleia Municipal, agora a CABSTAR que está parada, na Assembleia?

Muito obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Presidente. Alguém quer usar da palavra neste ponto? Manuel Henriques, mais alguém? Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor.

*O Senhor Deputado Manuel Henriques:*

- Boa noite, mais uma vez.

Queria deixar aqui dois comentários relativamente a isto.

O primeiro comentário é que a sensibilidade do CDS é que as obras que se estão aqui a financiar são obras importantes. Mas são obras importantes e que não devem ser financiadas de qualquer maneira.

Entendemos que a situação financeira do Município é muito grave. Estes empréstimos vêm agravar. O próprio Senhor Presidente, na sua exposição, foi claro, face às incertezas do projeto que estamos aqui a financiar, a incerteza do projeto, que nos pedem o nosso aval, o nosso cheque em branco e é sobre isso que a nossa avaliação é negativa. Assim como foi essa a posição do CDS também em reunião de Câmara.

Não é, especificamente, sobre a questão das Lameiras, sobre a questão da área de acolhimento empresarial, é, relativamente ao plano de financiamento. Não somos irresponsáveis. Não estamos aqui a troco de um objetivo que, em si, é valoroso, dispostos a alinhar com o Senhor Presidente da Câmara num endividamento sem, digamos, qualquer tipo de restrição.

Aceitando o repto do Senhor Presidente da Câmara, claro que estamos disponíveis para falar sobre os Centros Escolares. Mas, sobretudo, eu não lhe queria trazer mais problemas, Senhor Presidente, é que tem tantos compromissos aqui com os Municípios em todas as Freguesias, eu estar-lhe a trazer isto, depois vai-me dizer que eu, em todas as Assembleias, lhe vou falar no Centro Escolar, como lhe falo dos Fornos e de outras situações em que o Senhor Presidente está em incumprimento com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

os Municipais. Por isso, a seu tempo lá chegaremos, se for o caso, mas fico com boa nota do seu comentário.

Muito obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Deputado. Mais alguém quer usar da palavra neste ponto? Senhor Deputado Sousa, faça favor.

*O Senhor Deputado António Sousa:*

- Obrigado Senhor Presidente.

Boa noite a todos.

Relativamente a este ponto eu entendo esse cuidado da maneira como é feito o financiamento para estas obras. Para já, as obras não são importantes, são essenciais. Estas obras já deviam estar feitas há muito tempo. Estas obras estão a ser feitas em 2018, ou vão ser feitas em 2019, ou para a frente, mas já deviam estar feitas em 2010.

Aliás, Câmara do PSD e o CDS, em 2010, candidatou-se, não foi, exatamente, a estas, mas a algumas obras destas. E depois não conseguiu, teve que desistir porque não tinha dinheiro, nem tinha capacidade de endividamento.

Eu não vou buscar os papelinhos porque tenho-os aqui. Eu tenho-os aqui. Está aqui. Não interessa o valor, nem as obras em si. Mas eu vou dizer-lhe que temos a operação 012146 DR – Reservatórios, Adutoras, Telegestão, ETAR,s e Emissários. Não eram estas ETAR,s, não era esta, era a ETAR de Santar, de Vilar Seco, de Casal Sancho e mais os depósitos.

E nada disto veio, porquê? Porque não havia dinheiro. Não havia dinheiro porque já estava gasto. Já estava em endividamento excessivo. Nem tinham dinheiro, nem tinham possibilidade de o pedir. Ok? Em 2010, quando num documento que é enviado ao POVT, a Câmara desiste porque no momento atual esta Autarquia não reúne condições para os concursos das obras. Porque não havia dinheiro, nem havia capacidade de endividamento na altura. Já estava esgotado. Já tinham feito a primeira reestruturação, ou estavam a tratar dela, porque sabiam das dívidas correntes, das despesas correntes que tinham.

E, depois, foram para o PAEL em 2012 porque fizeram a reestruturação financeira e depois, findo o tempo de carência, não pagaram, quando deviam ter começado a pagar não tinham dinheiro nem para pagar a quem tinham pedido emprestado antes e já tinham mais uma dívida acumulada de dívida corrente.

Na altura, essa dívida corrente a fornecedores, não para obras, como é evidente. Não é isso que está em causa. O problema é que a maneira como estas coisas foram feitas não permitiu o financiamento. E depois entraram em PAEL. Nem excionados conseguiam ter. Ok?

O problema, e é isso que está aqui em causa. As obras não são importantes, são essenciais. Já deviam estar feitas, algumas delas, ou quase todas elas já deviam estar feitas. A vergonha é que acontecia na Freguesia de Nelas em 2013. Sabe quantos metros cúbicos de esgotos eram tratados na Freguesia de Nelas? Sabe, Senhor Deputado? Tem ideia, mais ou menos? Zero. Zero.

A ETAR n.º 1 não funcionava porque já não funcionava para aí há uns 6, ou 7 anos, porque já tinha 50 anos. Na ETAR n.º 2 até deixaram roubar os motores. Era





uma ETAR nova, tinha sido feita 4, ou 5 anos antes. Estava com silvas até para cima de uma pessoa, e nem motores, tinha. Ok?

E esses tipos de coisas é que não podem acontecer. Agora, nós temos que ter a capacidade de, primeiro, ver como está a ser feito. Está limpinho. Não é fazer obras e depois dizer que não há dinheiro, depois faltar dinheiro para pagar a fornecedores e depois vai-se buscar o dinheiro, depois paga-se aos fornecedores. Está-se outra vez a fazer. Não. Cada obra tem o seu empréstimo e neste caso até se a obra não for feita, ou se não for na totalidade, o empréstimo é concedido conforme vai sendo a obra feita, como, aliás, deve ter lido porque na contratação está cá a dizer isso.

Depois, é uma obra excecionada porque não conta para o endividamento total. Mas isto até é um sinal político, até do Governo, como da própria Comunidade, que também aqui interfere nisto, porque, aliás, quem vai emprestar este dinheiro até é o BEI – Banco Europeu de Investimento, a uma taxa de juro com um spread de 0,12, os Senhores pediram empréstimos a quase 10% para pagar dívidas.

Não, não é demagogia, é um facto, 7,5 de spread. Não, não é demagogia. São factos. Não vale a pena.

Este empréstimo tem um spread de 0,1277, que vai ser concedido pelo Banco Europeu de Investimentos para fazer este tipo de obras. Não aproveitar este tipo de situação numas obras que são essências, já deviam ter, algumas delas, não sei quantos anos, só por isso este empréstimo devia ser aprovado porque é um empréstimo a umas condições excecionais, feito com a certeza absoluta de que este dinheiro tem que ser gasto nestas obras porque é o próprio BEI que verifica isso. E, por isso mesmo, este dinheiro não pode ser gasto em mais nada. Por isso mesmo e pelas condições que são e pela necessidade da obra que é, já deviam estar feitas há muito tempo. Nós vamos votar favoravelmente este empréstimo.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Deputado. Mais alguém quer usar da palavra neste ponto? Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor.

*O Senhor Deputado Manuel Henriques:*

- Senhor, Presidente

É só um aspeto muito rápido e respeito da posição do Deputado Sousa, que está no seu legítimo direito de defender o que defende, só que tem que ficar aqui um ponto, tem que ficar registado em ata que não podemos estar aqui a brincar com os Municipais.

Comparar taxas de juro de um País intervencionado pela Troika, fruto de uma governação errática do Partido Socialista que fez disparar os juros para os particulares, para as empresas, vir comparar uma situação de quase juros zero, que temos atualmente, é um exercício pouco sério e não leva a mal o Deputado Sousa, acha que não faz qualquer sentido, não, não precisa.

Por outro lado, e parece-me que já levámos à exaustão aqui o julgamento dos Executivos da Senhora Dr.<sup>a</sup> Isaura Pedro e do Senhor Dr. Manuel Marques. O Senhor Dr. Borges da Silva está há 5 anos, 5 anos a governar o Concelho de Nelas e temos que seguir o caminho histórico, pisada e repisada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Na execução destes empréstimos, cá estaremos. O Deputado Sousa lá saberá porque é que a execução vai ser perfeita, sem desvios. Nós, para já, vamos aguardar serenamente. Percebo os seus argumentos.

Muito obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Maia Rodrigues, faça favor.

*O Senhor Deputado Maia Rodrigues:*

- Em continuação do que disse o Senhor Deputado Sousa, mais grave do que ter pedido empréstimos em cima do limite do endividamento, eventualmente, com spreads que as circunstâncias determinaram que eram altos, foi não pagar uma prestação única e cada vez que ficava por pagar, renegociar com um spread mais alto.

Isto, na gíria bancária, é sinónimo de que não se quer pagar porque, quando uma pessoa chega a um banco e o banco propõe um empréstimo de determinada taxa, sempre que são taxas elevadas, hoje não serão literalmente, queria dizer que a pessoa não queria pagar. E essa foi a prática.

Portanto, a Câmara não pagou prestação nenhuma. A Câmara não pagou prestação nenhuma. Já foi paga a primeira prestação com dinheiro que a Câmara tinha consignado, porque estava consignado para esse fim, já com o Senhor Dr. Borges da Silva. É que no tempo da anterior gestão não foi paga nenhuma prestação com o dinheiro para que estava consignado.

Tenho a certeza. Não estou enganado. Não estou enganado, não. Não estou a falar do PAEL. Estou a falar dos dez milhões de euros que negociaram antes. Não estou a falar do PAEL. Estou a falar dos dez milhões de euros que negociaram antes e que não pagaram nenhuma prestação. É verdade.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Senhor Vereador, faça favor de não interromper. Desculpe, o Senhor Vereador não está numa reunião de Câmara. Está numa reunião da Assembleia Municipal e não pode estar a interromper constantemente a reunião. O Senhor Vereador, na Assembleia Municipal, não tem direito ao uso da palavra. Portanto, o Senhor só tem que ouvir e não intervir sem autorização. Desculpe. Tem o Grupo Parlamentar para a defesa da sua honra. Tem o Grupo Parlamentar para o defender, ou para o representar. Mas quer defender a sua honra em quê?

Não podemos estar constantemente a interromper a reunião. Não pode. Não tem esse direito. Senhor Vereador, quando quiser respeitar esta Assembleia, faça o favor de se calar. Cada vez que interrompe a reunião, o Senhor fala sozinho. Não pode ser assim. Portanto, se o Senhor continua a usar a palavra, uma vez que não tem esse direito, eu interrompo a Assembleia, o Senhor fala, e ao fim continuamos.

Senhor Deputado, Sousa, faça favor.

*O Senhor Deputado António Sousa:*

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Eu já estou habituado noutras sessões. Não é a la carte. É uma resposta. Eu pedi isso. E acho que se fez duas intervenções também posso fazer duas, ou não?

*O Senhor Presidente da Assembleia:*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- Não entrem em diálogos, Senhores Deputados. Se tem alguma dúvida depois o Senhor Deputado pede-me a palavra e eu dou-lha.

*O Senhor Deputado António Sousa:*

- Já estou habituado a ser, aliás, eu próprio já fui impedido de falar aqui nesta Assembleia pelo Senhor Vereador. Impedido, mesmo. Não se calava.

O Senhor estava-me a chamar demagogo daí. E a demagogia é isto que o Senhor ouviu ali. Isto é demagogia. É demagogia, porque eu vou-lhe dizer, a demagogia é a forma mais fácil da mentira na política. Sabe porquê?

Porque assenta na ignorância e na falta de memória alheia, que é aquilo que o Senhor está a tentar. O Senhor está a tentar. É na ignorância, ou na falta de memória alheia.

Mas devia haver um limite para o exercício da demagogia. E nem que esse limite fosse o pudor. E há pessoas que, se tivessem pudor, estavam caladas.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Rui Costa, faça favor.

*O Senhor Deputado Rui Costa:*

- Bem, começando pelo Dr. Maia Rodrigues, que tentou baralhar aqui esta situação toda, confundindo coisas anteriores, e, já estamos habituados a isso e a esse tipo de discurso que vai-vos levar sempre até ao fim da vossa vida.

Se calhar, como falou em determinadas coisas, devia ter cuidado porque, realmente, essa situação desse stress, se calhar, foi o Partido Socialista que o sustenta nesta Assembleia, que levou o País a essa situação. Se calhar, foi isso.

Depois, de qualquer maneira, não temos que confundir as coisas. Estamos a falar de um empréstimo para obra. Ok. Senhor Presidente, se também quiser fazer obras, faz. Ok. Ele sempre disse que, de uma forma, ou de outra, vai fazê-la.

Mas depois temos o seguinte: temos o endividamento. Será que a crise financeira desta Câmara, que não é aqui falada, que quando este Executivo entrou tinha dívidas a fornecedores a 30 dias e já vai a mais de 60, se calhar, quer explicar? E disse há bocado que, os empréstimos anteriores eram para pagar obra, realizada por empreiteiros desta terra, fornecedores desta Câmara Municipal, que, faziam umas rotundas e passeios, se calhar, até a pessoas que estão, atualmente no Executivo, a essas pessoas que estão no Executivo atual.

Porque essas rotundas foram pedidas por Presidentes de Junta antigos. Se calhar, refere-se a essas obras. Mas, cuidado, Senhor Presidente, que não venham estes empréstimos aqui para aumentarmos a dívida a fornecedores deste Concelho. Que, realmente, quando entrou na casa e ainda bem que está aí agora, quando entrou na casa tinham as suas contas pagas a tempo e horas.

Por empréstimo? Concerteza. Concerteza. Mas as pessoas fizeram obra. Mas, depois destes anos, essas pessoas já estão com mais de dois meses em atraso para receber, para cima de 70 dias a dívida a fornecedores. Portanto, vamos fazer mais um empréstimo? Vamos pedir aos nossos fornecedores desta terra que, em vez de receberem a 30 dias, comecem a receber a 120? Ou a 180?

Daqueles velhos tempos que a Bancada do Partido Socialista não nos esquece de dizer em todas as Assembleia, então agora também é altura de relembrar à Bancada do Partido Socialista e ao Executivo que não volte a cometer erros daquele nível.



*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Deputado. Ora, uma vez que não está mais ninguém inscrito, vou passar à votação, informando que a Senhora Deputada Patrícia estava a sentir-se mal com o seu estado de gravidez e pediu-me para se ausentar. O Senhor Presidente também começou a sentir-se maldisposto e pede para ser substituído pelo Senhor Vice-Presidente. Portanto, a partir deste momento, voltamos a estar 23 Deputados presentes.

Vamos passar à votação do ponto 2.2, nos termos do artigo 51.º e da alínea a), do n.º 5, do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, bem como o pedido de autorização prévia para a realização de despesas de investimento que irão ser financiadas com este empréstimo de médio e longo prazos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Quem vota contra? Sete, do Grupo Parlamentar do CDS e do PSD. Quem se abstém? Dois, do Grupo Parlamentar do Movimento Cívico Coração do Dão. Portanto, aprovado com 7 votos contra, 2 abstenções e 14 votos a favor. Minuta, faz favor.

*A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:*

#### MINUTA DA ATA

O ponto 2.2 – Proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazos para o financiamento da contrapartida nacional de operações de investimento autárquico aprovadas no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020, através da Linha BEI PT 2020 – Autarquias, para as operações “Execução do Saneamento de Águas Residuais de Ribeirinha, Canas de Senhorim Nascente”, “Abastecimento de água para consumo humano – Nelas” e “Área de Acolhimento Empresarial do Concelho de Nelas)” - Aprovação

Foi posto à discussão e votação nos termos do artigo 51.º e da alínea a), do n.º 5, do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, bem como o pedido de autorização prévia para a realização de despesas de investimento que irão ser financiadas com este empréstimo de médio e longo prazos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, através da Linha BEI PT 2020, no valor global de 1.990.854,24 €, nos termos da proposta, tendo sido aprovado com 14 votos a favor, 7 votos contra e 2 abstenções.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.3 - Proposta de contratação dos empréstimos de longo prazo para o financiamento da compartida nacional de projetos cofinanciados, não elegíveis pela Linha BEI PT 2020 – Autarquias, nos termos do artigo 51.º e da alínea a), do n.º 5, do art.º 52.º, do RFALEI, na sua atual redação (Execução do Saneamento de Águas Residuais de Ribeirinha, Canas de Senhorim Nascente; Abastecimento de água para consumo humano – Nelas; Área de Acolhimento Empresarial do Concelho de Nelas) – Aprovação.

Isto é o IVA que não é elegível na parte do BEI PT2020.

Quem quer usar da palavra neste ponto? Manuel Henriques. Senhor Deputado Manuel Henriques.

*O Senhor Deputado Manuel Henriques:*

- Senhor Presidente,



Só para dizer que percebo e acredito na indisponibilidade, ou no mal-estar físico do Senhor Presidente. Mas não sei se me parece muito correto prosseguirmos com esta discussão porque agora eu se quiser esclarecimentos de vária ordem e não quero estar aqui a martirizar o Senhor novo Vice-Presidente, Dr. Fernando, mas eu não sei, efetivamente, se esta situação é uma situação não aceitável, estarmos a discutir um assunto desta importância depois do Senhor Presidente ter abandonado.

Tenho algumas dúvidas, eu e os outros Senhores e a Mesa também diga se há condições para permanecer nesta discussão porque o que, se calhar, se impunha era suspendermos os trabalhos.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Portanto, o que eu tenho aqui de informação do Senhor Presidente é que: “*Não me estou a sentir bem e tenho que me ausentar. Fica o Senhor Vice-Presidente a representar-me*”. É um direito que ele tem. Portanto, legalmente, está estipulado que nos impedimentos, está o Senhor Vice-Presidente.

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Fernando António Pais Silvério:*

Boa noite a todos, antes de mais.

Eu pedia um intervalo de 10 minutos face ao que ocorreu, para me inteirar da saúde do Senhor Presidente naturalmente e, face também, aqui à matéria em causa. Era isso que eu lhe pedia, por favor.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado. Portanto, eu vou aceitar o pedido do Senhor Vice-Presidente e vou dar um intervalo de 10 minutos.

Retomamos os trabalhos com a presença do senhor presidente que, entretanto, recuperou da indisposição física e regressou à sessão. Retomamos no ponto 2.3 – Proposta de contratação dos empréstimos de longo prazo para o financiamento da compartida nacional de projetos cofinanciados, não elegíveis pela Linha BEI PT 2020 – Autarquias, nos termos do artigo 51.º e da alínea a), do n.º 5, do art.º 52.º, do RFALEI, na sua atual redação (Execução do Saneamento de Águas Residuais de Ribeirinha, Canas de Senhorim Nascente; Abastecimento de água para consumo humano – Nelas; Área de Acolhimento Empresarial do Concelho de Nelas) – Aprovação.

Ora, eu tinha perguntado quem é que queria usar da palavra neste ponto. O Senhor Deputado Manuel Henriques usou da palavra mas apenas para levantar a questão da não comparência do Senhor Presidente.

Alguém quer usar a palavra, ainda? Senhor Presidente, quer introduzir este ponto? É o ponto do IVA.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Sim. Eu peço desculpa por me ter ausentado, mas, de facto, não me estou a sentir bem. E, além disso, estou com um problema familiar gravíssimo com o meu sogro por esse facto só regresssei agora. No entanto e agora um pouco melhor e, por serem assuntos muito importantes para o Município regresssei e estou disponível para o que for necessário.

Portanto, isto é um financiamento para o BEI não financia IVA. O IVA, como sabem, nos Municípios, não é dedutível. A Câmara não é sujeito passivo de IVA. Não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

pode deduzir o IVA pago nas transacções. E, portanto, também temos aqui que financiar o IVA nesta operação da componente nacional, que é o valor que aí está.

Na análise das propostas, que é um sinal extremamente importante, deixa-me ver se encontro o adjectivo certo sem levantar celeuma, eu acho que é a confiança, que todas as entidades bancárias têm na Câmara neste momento, é o facto de todas as entidades que foram convidadas terem apresentado propostas.

E, ainda também, o esforço que a Caixa Geral de Depósitos fez em voltar a ser cliente da Câmara Municipal apresentando um spread de 1%. Imbatível, sem comissões. E, portanto, os empréstimos, de acordo com a Comissão de Análises, de forma inequívoca indicam que devem ser contratados com a Caixa Geral de Depósitos.

Portanto, tudo o que eu enuncio, por antecipação, das dificuldades, pedia também em nome da Comunidade, em nome da própria Câmara, em nome dos Trabalhadores da Câmara, algum conservadorismo. As eleições são daqui a 4 anos e notícias alarmistas relativamente à situação financeira da Câmara, seja a fornecedores, seja do endividamento, só contribuem para criar dificuldades ao exercício da gestão da Câmara Municipal.

Tenham calma, não vale a pena andar aí a gritar, que aos fornecedores cortaram, que a dívida é incontável, que a saúde financeira é isto, que a saúde financeira é isto e aquilo.

Não há aqui ninguém nesta sala, pode gostar tanto, mas que goste mais de Nelas do que eu, do Concelho de Nelas. E, portanto, não vou deixar a Câmara pior do que aquilo que a encontrei, em termos materiais, em termos sociais, em termos imateriais, tudo. É esse consolo.

Porque quando lançámos estes empréstimos havia quem dissesse que: vamos ver se as entidades bancárias aparecem com propostas, vamos ver se o Tribunal de Contas aprova os empréstimos, vamos ver. Não. Toda a gente quer ser cliente da Câmara Municipal. Isto é sinal da força da Câmara Municipal de Nelas ao fim de 5 anos de gestão do Borges da Silva.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Presidente. Mais alguém quer usar da palavra? Não?

Então, passamos à votação do ponto 2.3, nos termos do artigo 51.º e da alínea a), do n.º 5, do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, bem como o pedido de autorização prévia para a realização de despesas de investimento que irão ser financiadas com estes empréstimos de médio e longo prazos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

E, pergunto: Quem vota contra? Sete votos contra. Quem se abstém? Duas abstenções e 14 votos a favor. Foram os 7 votos contra do Grupo Parlamentar do CDS e do PSD. E as duas abstenções do Grupo Parlamentar do Movimento Cívico Coração do Dão. E os 14 votos a favor dos restantes Elementos. Minuta.

*A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:*

MINUTA DA ATA

O ponto 2.3 – Proposta de contratação dos empréstimos de longo prazo para o financiamento da compartida nacional de projetos cofinanciados, não elegíveis pela Linha BEI PT 2020 – Autarquias, nos termos do artigo 51.º e da alínea a), do n.º 5, do art.º 52.º, do RFALEI, na sua atual redação (Execução do Saneamento de Águas





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Residuais de Ribeirinha, Canas de Senhorim Nascente; Abastecimento de água para consumo humano – Nelas; Área de Acolhimento Empresarial do Concelho de Nelas) – Aprovação.

Foi posto à discussão e votação nos termos do artigo 51.º e da alínea a), do n.º 5, do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, bem como o pedido de autorização prévia para a realização de despesas de investimento que irão ser financiadas com este empréstimo de médio e longo prazos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, através da Linha BEI PT 2020, nos termos da proposta, aprovar a contratação dos empréstimos a médio e longo prazos, no valor global de 266.448,50 €, para o financiamento da compartida nacional de operações de investimento co-financiadas pelo CENTRO2020, no valor de 161.568,00 €, e pelo POSEUR, no valor de 104.880,50 €, e não elegíveis pela linha BEI PT2020-Autarquias, com a Caixa Geral de Depósitos, por ter apresentado as propostas economicamente mais vantajosas, conforme consta do relatório de análise dos procedimentos em curso, tendo sido aprovado com 14 votos a favor, 7 votos contra e 2 abstenções.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.4 - Aditamento ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, celebrado entre o Município de Nelas e a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões – Aprovação.

Quem quer usar da palavra neste ponto? Ninguém?

Então, eu vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Minuta da ata.

*A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:*

MINUTA DA ATA

O ponto 2.4 - Aditamento ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, celebrado entre o Município de Nelas e a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões – Aprovação, foi posto à discussão, tendo sido aprovado por unanimidade.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.5 – Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição dos Donativos Financeiros – Conta Solidária – Aprovação.

Quem quer usar da palavra neste ponto? O Executivo, não? Da Assembleia, também não?

Então passo à votação: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Minuta.

*A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:*

MINUTA DA ATA

O ponto 2.5 – Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição dos Donativos Financeiros – Conta Solidária – Aprovação, foi posto à discussão, tendo sido aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.6 – Autorização prévia da Assembleia Municipal de Nelas, para assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Quem quer usar da palavra neste ponto? Ninguém?

Vou pôr à votação: Quem vota contra? Quem se abstém? Com uma abstenção do Senhor Deputado Manuel Henriques. Aprovado com 22 votos a favor, uma abstenção e 0 votos contra.

*A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:*

MINUTA DA ATA

O ponto 2.6 – Autorização prévia da Assembleia Municipal de Nelas, para assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 22 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto 2.7 - Lei-Quadro de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Informação prestada pelo Senhor Ministro da Administração Interna, pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais e pela Direção Geral das Autarquias Locais – Conhecimento.

Portanto, isto foi um ponto que fazia parte da Assembleia. É a carta que foi enviada pelo Senhor Ministro, assim como o e-mail do Gabinete do Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais e que, no fundo, diz que sobre as transferências para as Autarquias apenas nos devemos pronunciar sobre elas quando os diplomas sectoriais forem aprovados.

Portanto, neste momento não temos que nos pronunciar sobre nada e, portanto, só quando, de facto, forem aprovados os diplomas sectoriais que nós precisamos é que nós teremos que nos pronunciar, se entendermos que não queremos as competências. Se quisermos, julgo eu, que não sou de Direito, que não precisamos fazer nada. Mas se, não quisermos, teremos que dizer nessa altura que não queremos.

Depois desta situação, no mesmo ponto, vem o ponto 2.7.1, que é uma proposta que chegou do Senhor Deputado Manuel Henriques, em nome do CDS-PP, na forma de moção. Não sei se o Senhor Deputado Manuel Henriques quer apresentar o assunto, ou não? Se sim, então, faça favor. Sim.

*O Senhor Deputado Manuel Henriques:*

- Então, muito boa noite mais uma vez.

Passo a ler a moção do CDS-Partido Popular:

MOÇÃO

Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais

A Constituição da República Portuguesa consagra expressamente os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização.



Apesar de já terem decorrido 40 anos desde a implementação no nosso país do poder autárquico democrático e do desígnio da descentralização ter sido constitucionalmente reforçado, nomeadamente com a revisão constitucional de 1997, o certo é que o nosso país, durante muitos e longos anos, foi um dos mais centralizadores.

O CDS-PP não tem dúvidas de que as autarquias locais têm constituído um veículo essencial no domínio da descentralização de políticas e do desenvolvimento económico e social das populações, essenciais na oferta de serviços públicos de qualidade aos portugueses, integrando a primeira linha e a mais próxima de apoio, em áreas tão relevantes como a saúde, a ação social, a valorização e dignificação de equipamentos educativos e a habitação social.

O anterior Governo desenvolveu e implementou uma profunda reforma, nomeadamente no que se refere às atribuições e competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais, através da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Por outro lado, no que se refere a áreas como a educação, saúde, segurança social, cultura e transportes, foram aprovados diversos diplomas no sentido de efetivar a descentralização destas funções sociais.

Aquela profunda reforma necessitava de ser aprofundada, tendo o atual Governo, desde o início desta legislatura, assumido o compromisso de a concretizar.

No entanto, o processo de descentralização, conduzido pelo atual Governo, tem-se traduzido numa grande trapalhada, com avanços e recuos, prazos sistematicamente prorrogados, indefinições, falta de estudos, análises e dados concretos, nomeadamente no que se refere aos meios necessários para a descentralização de competências.

O processo de descentralização, conforme é reconhecido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, envolve três peças fundamentais e complementares entre si: a lei-quadro, os diplomas setoriais e a Lei das Finanças Locais, que deveriam ter sido discutidos, estudados, desenvolvidos e aprovados simultaneamente.

No passado dia 18 de julho, a Assembleia da República aprovou, com os votos favoráveis do PS e PSD, a lei-quadro da descentralização, bem como as alterações à Lei das Finanças Locais.

Aqueles diplomas, conforme o CDS alertou, foram aprovados de forma apressada e irresponsável, apenas como resultado de um acordo estabelecido entre o PSD e o PS.

A Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais - Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto -, que entrou em vigor no passado dia 17 de agosto, prevê que a transferência de competências possa ser feita de forma gradual, até janeiro de 2021, e depende da prévia aprovação, pelo Governo, de decretos-lei setoriais relativamente a cada área a transferir.

A alínea a), do n.º 2, do art.º 4.º da referida Lei-quadro, estipulava que as autarquias locais e entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2019 comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido, até ao dia 15 de setembro de 2018.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

No entanto, tais decretos sectoriais ainda não foram aprovados pelo Governo e espera-se que o prazo de 15 de setembro, estipulado na lei, será prorrogado.

É fundamental que a descentralização a efetivar seja uma verdadeira descentralização de poder de decisão e não uma mera transformação das Câmaras Municipais em serviços de manutenção local ou tarefas de direções gerais e de institutos públicos.

Assim, os Deputados Municipais do CDS-PP propõem à Assembleia Municipal de Nelas que delibere o seguinte:

1) A descentralização é essencial para um efetivo e melhor desenvolvimento económico e social de toda a população portuguesa.

2) O Governo deve assegurar e garantir todos os meios, técnicos, com pessoal e de financiamento ao cumprimento das novas competências pelo poder local.

3) O Governo deve prestar todos os esclarecimentos e remeter às autarquias locais e às entidades intermunicipais todas as informações necessárias ao exercício de tais funções e competências.

4) Enquanto não se verificarem as condições estabelecidas nos pontos 2 e 3, as autarquias locais devem rejeitar o exercício de qualquer nova competência.

Nelas, 18 de setembro de 2018

p/ O Grupo Municipal do CDS-PP

Manuel Alexandre Henriques.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Deputado. Alguém quer usar da palavra neste ponto? Deputado Sousa. Mais alguém? Senhor Deputado Sousa, faça favor.

*O Senhor Deputado António Sousa:*

- Senhor Presidente,  
Senhores Deputados,

Senhor Deputado Manuel Henriques,

Quanto à moção, até concordo, não na moção, não nos considerandos, mas no espírito, na generalidade. Só que entendo que está completamente ultrapassada, quero dizer, isto, o problema, se até ao dia 15 de setembro tivesse que ser dada uma resposta e como não tem, como vem na comunicação do Senhor Ministro da Administração Interna e da DGAL, por tudo isso ter sido alterado, já não é o dia 15 de setembro, nem há data. Como isso tem a ver com diplomas e transferências vão ser feitas, melhor, a aprovação, ou não aprovação das transferências, devem ser feitas uma a uma, e não em pacote, estar a votar não é nada. É estar a votar nada porque ainda não temos os decretos. Não temos decretos. Não sabemos o que é. Não temos nada. Não temos prazos. Por isso, tudo isto é nada.

Por isso, terá que ir à reunião de Câmara e terá que vir à Assembleia Municipal, ou extraordinária, ou ordinária, depende depois do que cada um dos decretos for dizer.

O que eu penso que o Senhor Deputado devia fazer era retirar a moção porque ela não tem lógica nenhuma. Está, perfeitamente, ultrapassada. Se calhar, na altura em que a fez tinha alguma lógica, mas está perfeitamente ultrapassada perante todos os acontecimentos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Se não a quiser retirar, depois falaremos também sobre a forma como a moção está apresentada e há alguns dos pontos para deliberação que eu não estou muito de acordo.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhora Deputada Maria João, faça favor.

*A Senhora Deputada Maria João:*

- Em relação ao PSD também concordamos que, de facto, esta moção torne-se, se calhar, hoje, extemporânea. O melhor será ser também retirada, e na altura própria então aí, sim, tomamos posição se aceitamos, ou não, uma vez feitos os devidos enquadramentos.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhora Deputada. Alguém mais quer usar da palavra? Senhor Deputado Manuel Henriques, retira-se? Retira-se. Ora, então, o proponente aceita retirar a moção.

Então, passamos ao ponto 2.8, para conhecimento, que foi enviado já a todos, que é - Alteração do número de Vereadores a Tempo Inteiro e designação do novo Vice-Presidente da Câmara.

Portanto, é uma informação. Não sei se o Senhor Presidente quer apresentá-la, se não. Quer dizer alguma coisa sobre este ponto? A Senhora Vereadora quer usar da palavra sobre este ponto? Senhor Presidente, autoriza? Pode, faça favor.

*A Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas Marques:*

- Muito boa noite a todos.

Tal como foi meu compromisso de apresentar nos órgãos devidos, da minha parte e de forma sumária as motivações que levam ao meu pedido de demissão do cargo de Vice-Presidente, vou ler à Assembleia Municipal o mesmo documento que li ontem, na reunião de Câmara, na qual me comprometi a fazê-lo:

“Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas,

Ex.m.ºs Senhores Vereadores.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Digníssimos Deputados,

Público presente.

Tal como foi previamente informado, na Reunião de Câmara Ordinária do dia 12 de Setembro, apresento hoje a minha comunicação formal ao Órgão as razões que motivaram o meu pedido de demissão do cargo de Vice-presidente do Município de Nelas, a minha justificação da incompatibilidade em manter o cargo de Vereação em regime de tempo inteiro, e do meu compromisso em continuar como Vereadora Eleita em regime de não permanência, apresentados ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Nelas no passado dia 08 de Setembro, com efeitos práticos que se iriam efectivar a partir do dia 05 de Novembro de 2018.

Conhecido o exercício profissional há mais de 20 anos nas áreas da Gestão, Contabilidade, Formação e Consultadoria Financeira, período no qual se destacam os últimos 5 anos de dedicação absoluta como autarca em regime de exclusividade formal e substancial, os resultados alcançados e o reconhecimento do perfil isento e responsável incentivaram ao convite apresentado pela Associação Empresarial da



Região de Viseu (AIRV), na pessoa do seu Presidente legitimado por uma aprovação unânime de toda a Direção, para o desempenho de funções de Directora Geral nessa entidade privada sem fins lucrativos, pessoa colectiva de utilidade pública.

Muito sumariamente e porque se trata de uma entidade sobejamente conhecida de todos há mais de 30 anos, a AIRV abrange geograficamente uma área de actuação em 25 Municípios da Região Centro e assume um conjunto de objectivos e posicionamento regional que passa por, enunciando: - *promover a colaboração, a concertação e a complementaridade entre os Agentes de Desenvolvimento da Região e incentivar as parcerias que permitam tornar a nossa Região cada vez mais competitiva com o objetivo de atingir um estágio de desenvolvimento que a consolide e contribua para o desenvolvimento económico e social do País.*

Compreendendo a amplitude do desafio, a ponderação individual que antecedeu a minha decisão comunicada na data já referida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas sustentou-se em 3 garantias essenciais, cujas condições e termos foram sempre condição indiscutíveis tendo merecido a concordância de todos os envolvidos:

1) A oportunidade de retomar uma carreira profissional suspensa em Outubro de 2013 recuperando um investimento pessoal, profissional e académico nas dimensões técnicas onde me revejo cumulativamente, a Gestão Empresarial e a Gestão Pública vertidas em estratégias de planeamento e desenvolvimento socio-económico de um Território, neste caso, não apenas Concelho mas, Regional;

2) A expectativa de potenciar na dimensão intermunicipal a referência que hoje é o Município de Nelas na agilidade e pro-actividade em políticas públicas municipais de proximidade aos agentes económicos, sociais, educativos e culturais, constituindo assim um caminho de crescimento natural sem radicalizar um afastamento aos compromissos políticos em curso, e muito menos, sem continuar a contribuir mais ainda para os mesmos nestas novas funções de gestão a nível regional;

3) A garantia Política e Cívica de continuar a exercer o cargo de Vereadora (não em permanência) para o qual fui eleita respeitando: - as Pessoas, o Contrato Social renovado em 2017, o Senhor Presidente de Câmara de Nelas e Equipa do Executivo Municipal, e demais níveis de responsabilidade e lealdade pessoal para com os trabalhadores da Câmara Municipal de Nelas, para com os demais indivíduos, agentes e organismos do tecido educativo, social e cultural do Concelho de Nelas, não só porque a proximidade geográfica o vão permitir mas, sobretudo, por convicção e destinos que desejo.

Lamentavelmente a exposição dos argumentos não mereceu atenção ponderada ou sequer discussão ampla e alargada, provocou somente uma legítima mas isolada reacção de cessação do exercício do cargo de vereadora em permanência e destituição do cargo de vice-presidente também com efeitos imediatos, a partir da data do Despacho e Comunicado Públicos do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas a 11 de Setembro de 2018.

Do mesmo as consequências são públicas assim como o inevitável impacto negativo sobre a estabilidade na gestão da autarquia, sobretudo em início de ano lectivo e preparação do Orçamento 2019. Impedida que foi toda e qualquer transição interna, nos serviços, nas equipas, no Executivo e demais Estrutura de Apoio directa,





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

os dias seguintes provocaram receios legítimos em muitos que procuram reforçar a União e os Compromissos, na garantia da Confiança conquistada dentro e fora do Concelho de Nelas.

No que às minhas responsabilidades posso garantir ao Órgão Câmara Municipal e posteriormente informarei à Assembleia Municipal, que continuarei a exercer com lealdade os deveres de Vereadora Municipal eleita pelo Partido Socialista nas eleições autárquicas de 2017, em regime de não permanência, enquanto e sempre que as condições claras, transparentes e políticas o permitirem.

É com grande convicção nas competências e entrega dos restantes Elementos da Equipa do Executivo Municipal, no profissionalismo e motivo dos Funcionários da Autarquia, na elevação das demais Entidades Políticas Cívicas, Associativas e Representativas nas dinâmicas concelhias que sei que a continuidade do trabalho e compromissos assumidos estarão naturalmente salvaguardados.

Não posso deixar de realçar a qualidade da interpretação viciada dos argumentos expressos para;

- i) Uma destituição posterior a um pedido de demissão;
- ii) Justificada por uma incompatibilidade inexistente, já que nenhuma actividade profissional foi assumida cumulativamente estando em regime de exclusividade na Câmara Municipal de Nelas até à data da destituição imposta pelo Despacho do Presidente de Câmara;
- iii) E atordoada por ilações à condição normal e constitucional do direito à remuneração pelo trabalho e desempenho profissional prestados, apelando dessa forma às demais suspeições à verticalidade, transparência e idoneidade por todos conhecidas e realçadas.

Nelas, 27 de Setembro de 2018.

A Vereadora eleita pelo Partido Socialista, Sofia Relvas Marques.”

Quero, naturalmente, agradecer todas as palavras de confiança, todos os elogios à capacidade profissional, técnica, a toda a estima pessoal que me tem sido devolvida, independentemente, da argumentação mais política.

Retribuo, de igual modo, toda a estima pessoal, todo esse agradecimento. Estou, perfeitamente, convicta do desafio que aí vem, do trabalho que vou ter porque não só quero demonstrar aquilo que acredito na defesa do Concelho de Nelas nestas novas funções, na defesa de muito do que está em preparação e que vai continuar a estar muito bem desenvolvido por mim e por esta Equipa.

E dizer que eu acho que nós não precisamos de nos reeducar democraticamente, precisamos, sim, de nos educar diariamente nesse desafio. É isso que eu faço. É isso que eu acho que este desafio também nos vai permitir a todos, a Nelas, uma forma diferente de fazer política, acreditando, com grande paixão, naquilo que vos estou a dizer.

A Equipa do Executivo Municipal de Nelas é constituída pelo Presidente, por estes três Vereadores, por uma estrutura de apoio direta muito dedicada e muito empenhada e verdadeira no apoio de todos estes compromissos, alguns deles, hoje, bastante enunciados pelo Senhor Presidente.

E, portanto, a todos, eu só tenho a agradecer as palavras e o voto de confiança que todos os dias tenho sentido e será esse o meu principal motor de orgulho e de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

grande honra de continuar a estar a defender o Concelho de Nelas, mesmo em funções diferentes, em funções de uma dimensão regional, mas apetece-me dizer que nos vamos voltar a ver muito brevemente.

Muito obrigada.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhora Vereadora. Estão dados os esclarecimentos. Chegámos ao fim do Período da Ordem do Dia e declaro a Assembleia aberta ao Público. Alguém quer usar da palavra neste ponto? Senhor Arlindo, Senhor José Abrantes. Senhor Arlindo, faça favor. Cinco minutos, cada um. E já sabem quais são as regras.

*O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte:*

- Senhor Presidente da Assembleia,  
Senhor Presidente da Câmara,  
Senhoras Secretárias,  
Senhores Vereadores,  
Senhores Deputados,  
Senhores Presidentes de Junta,  
Estimado Público,  
Boa noite a todos.

Mais uma vez venho aqui trazer as ETAR,s que, tal como o Senhor Presidente nos tem dito constantemente, a ETAR III de Nelas estaria concluída em outubro/novembro de 2018.

Passei lá ontem e fiquei desiludido completamente porque aquilo está atrasadíssimo. Aquilo vai durar para mais de seis meses ainda. Falei com alguém e esse alguém disse-me que aquilo, realmente, estava atrasado. As outras ETAR,s também estão a caminhar tipo caracol.

Os cemitérios e eu falo pelo meu cemitério, que é o de Canas de Senhorim, há mais de um ano que andaram lá maquinas a fazer pequenos muros de pedra, que estão, completamente, parados. Senhorim, igual. Folhadal, tem lá a placa há mais de um ano.

Gostaria que o Senhor Presidente nos dissesse a nós todos quais são as previsões da conclusão, quer das ETAR,s, quer dos cemitérios.

A limpeza das ruas, passam-se meses e meses e isto não tem nada com o Presidente da Câmara, eu reconheço isso, mas como, infelizmente, ouvi o Senhor Presidente da Câmara, que apesar de eu não votar nele é o meu Presidente da Câmara, desculpe, da Freguesia, do Presidente da Junta de Freguesia, não votei nele, toda a gente sabe, mas ele continua a ser o meu Presidente de Junta, nunca pôs os pés nestas sessões. Eu acho que há um limite máximo de faltas. A não ser que essas mesmas faltas sejam justificadas.

Agora, gostaria também de saber o seguinte: A Câmara Municipal de Nelas e bem, meteu no Quadro Trabalhadores, como direi, precários, mas gostaria de ser esclarecido, também, é que se foi a Câmara que tirou estes Trabalhadores dos contratos precários, ou se foi a imposição do nosso Governo, da Lei n.º 112, a data não sei, mas acho que 28 de dezembro de 2017?

E, agora, eu acho que ainda não cheguei aos 5 minutos, mas, mesmo que chegasse aos 5 minutos ia pedir ao Senhor Presidente da Assembleia mais uns



segundozitos, que é sobre o seguinte: tivemos durante cerca de 5 anos uma pessoa da Câmara que fez, não direi, um trabalho excelente porque há sempre falhas e aí daquele que diga que nunca falhou. Mas, tem feito um trabalho exemplar, um trabalho com muito mérito, quer a nível cultural, quer a nível social, quer a nível de elaborar projetos para as candidaturas financiadas pelos fundos europeus, como exemplo, o dossier do PT2020.

Por isso, eu pedia, quer ao Senhor Presidente da Câmara, quer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, quer aos Senhores Vereadores, quer aos Senhores Deputados, que houvesse alguém humilde que apresentasse um Voto de Louvor a essa pessoa. Essa pessoa chama-se Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas.

Muito boa noite.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Arlindo. Senhor José Abrantes faça favor.

*O Senhor José Abrantes:*

- Muito boa noite a todos e a todas.

Eu tinha algumas questões a colocar, mas algumas já foram respondidas durante esta sessão.

A minha primeira questão é apenas uma mera curiosidade, que faço ao Grupo do PSD, e que é: por que motivo alteraram a posição que eles tinham em relação à transmissão online das sessões da Assembleia Municipal, neste caso, nas reuniões de Câmara, que eu acho que até é mais abrangente. Tenho agora oportunidade de perguntar porque é que eles alteraram a sua posição que estava no seu programa eleitoral. É apenas uma curiosidade.

Depois tenho aqui umas questões que têm que ver com a Freguesia de Vilar Seco. A Estrada que liga Vilar Seco a Aldeia de Carvalho esta em muito estado e eu já pedi essa informação à Câmara e por isso é eu venho aqui perguntar, aliás, eu até falei com o Senhor Paulo, Presidente da Junta e ele disse-me que a informação que tinha era que aquela Estrada ia ser requalificada brevemente. Ele disse-me que até ao fim do ano.

Eu perguntava quais são as previsões, ou seja, uma data para quando é que a Estrada, se vai ser requalificada, eu penso que sim, foi essa informação que ele me deu. E, quando é que vai? ou seja, se for daqui a muito tempo, depois do inverno, se vão tapar os buracos que existem na Estrada, ou se vai ficar assim?

Depois, eu tinha também uma outra questão, que é a Estrada que liga Vilar Seco à E.N. n.º 234, que tem ali umas lombas derivadas de umas raízes de pinheiros e eu não sei se era conveniente tirar aquilo até porque acho que não será uma obra assim muito abrangente, digamos, até porque aquela Estrada até está relativamente boa.

E tinha também uma questão, que é uma questão meramente informativa, ou seja, a Junta de Freguesia de Vilar Seco neste momento está a pensar comprar um trator porque precisa naturalmente dele e acho que é a única Junta que não tem um trator. A minha questão é saber se as Juntas que compraram esses tratores, se a Câmara ajudou na compra e se o fez, ou se o está a prever fazer também.

Era só. Muito obrigado. Boa noite.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor José Abrantes.



*ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS*

---

Mais ninguém está inscrito. Não sei se alguém quer dar algum esclarecimento. Também não?

Então, declaro encerrada esta sessão. Obrigado. Muito boa noite a todos. Boa noite.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: